

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Artes - Campus São Paulo

FLÁVIA MARIE HAYASHI VIVANCO

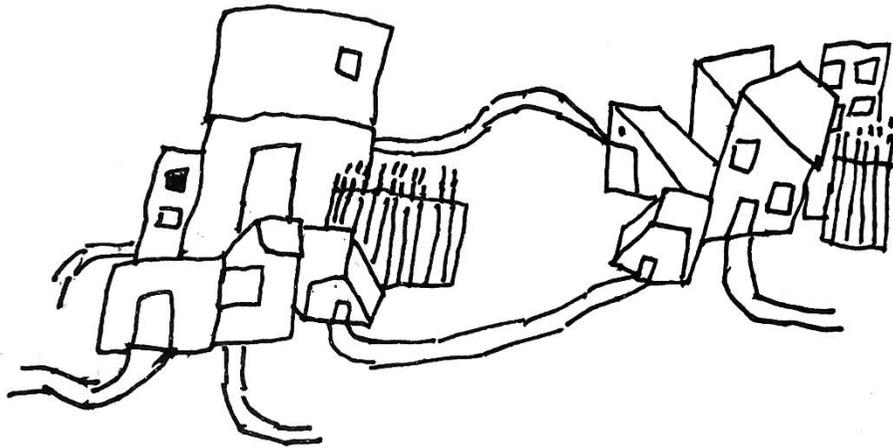
CAMINHOS DA MEMÓRIA E DA CIDADE:
estudos que partem do contato com
intervenções urbanas

São Paulo
2022

FLÁVIA MARIE HAYASHI VIVANCO

CAMINHOS DA MEMÓRIA E DA CIDADE:

estudos que partem do contato com intervenções urbanas



Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Graduação em Artes Visuais do Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Artes Visuais, sob orientação da Prof^a Dr^a Rita Luciana Berti Bredariolli

São Paulo

2022

Ficha catalográfica desenvolvida pelo Serviço de Biblioteca e Documentação do Instituto de Artes da Unesp. Dados fornecidos pelo autor.

V855c	<p>Vivanco, Flávia Marie Hayashi, 1998- Caminhos da memória e da cidade : estudos que partem do contato com intervenções urbanas / Flávia Marie Hayashi Vivanco. - São Paulo, 2022. 77 f. : il. color.</p> <p>Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rita Luciana Berti Bredariolli Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Artes Visuais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Artes</p> <p>1. Vida urbana. 2. Memória na arte. 3. Arte - Narrativas pessoais. I. Bredariolli, Rita Luciana Berti. II. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 704.944</p>
-------	---

Bibliotecária responsável: Laura M. de Andrade - CRB/8 8666

FLÁVIA MARIE HAYASHI VIVANCO

CAMINHOS DA MEMÓRIA E DA CIDADE:

estudos que partem do contato com intervenções urbanas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Graduação em Artes Visuais do Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Artes Visuais, sob orientação da Profª Drª Rita Luciana Berti Bredariolli

Dissertação aprovada em: ___/___/___

Banca Examinadora:

Profª Drª Rita Luciana Berti Bredariolli (Orientadora) – IA/UNESP

Prof. Dr José Paiani Spaniol – IA/UNESP

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à minha mãe Nilza e ao meu pai Cláudio, pela presença, cuidado, ensinamentos, paciência, carinho e tantas outras inúmeras e inúmeras coisas que participam da minha formação como pessoa.

Agradeço ao meu irmão Pablo e a toda minha família, pelo respeito que sempre demonstraram e pelo apoio em meus caminhos.

Agradeço à minha companheira Isaíny, pelo amor, por todo suporte, sinceridade e amizade.

Agradeço aos amigos queridos Amanda, Bruna, Lucas, Rodrigo e Thiago, dos quais tenho muita admiração, e com quem aprendi muito nesses anos.

E por fim, agradeço à professora Rita, por agregar na orientação e pela disposição e estímulo que demonstrou desde o início deste trabalho.

RESUMO

Neste trabalho, me dispus a percorrer alguns caminhos da memória e da cidade. O fiz através de uma escrita movida por memórias pessoais, procurando resgatar alguns contatos que tive com intervenções urbanas e as pesquisas às quais estão vinculadas. Tratam-se de contatos ocorridos durante os anos de graduação, em meio a caminhos da cidade, os itinerários e desvios, que estavam presentes em minha rotina. Ao longo da escrita, são elencados alguns estudos e pesquisas ligados tanto à cidade como à memória, a fim de ampliar as possibilidades de leitura tanto das intervenções urbanas em questão, como da minha experiência com as mesmas e com a cidade. Além disso, inseri algumas ilustrações referentes às memórias pessoais apresentadas, entendendo as ilustrações também como uma possibilidade de dar forma às memórias.

Palavras-chave: cidade; intervenção urbana; memória; experiência; fronteira; cotidiano.

ABSTRACT

On this work, I decided to go along some memory and city paths. My writing was moved by personal memories, trying to evoke some experiences I previously had with urban interventions and the particular research they are attached to. These are contacts that took place during my undergraduate years, in the midst of the city's paths, the itineraries and detours, which were present in my day-to-day life. Throughout the writing, some studies and research linked both to the city and to memory are registered, in order to expand the possibilities of reading both the urban interventions in question, as well as my experience with them and with the city. In addition, I also included some illustrations related to the personal memories presented, understanding the illustrations as a possibility to shape memories as well.

Keywords: city; urban intervention; memory; experience; frontier; daily.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – **Caminhos da cidade e da memória**. Flávia Hayashi, mapa, 2022. Fonte: Acervo pessoal.....14

Figura 2 – **Memória do encontro com a faixa**. Flávia Hayashi, desenho do *sketchbook*, 2021. Fonte: Acervo pessoal.....18

Figura 3 – **Memória do encontro com a segunda faixa**. Flávia Hayashi, desenho do *sketchbook*, 2021. Fonte: Acervo pessoal.....20

Figura 4 – **Memória de visitas ao Sesc Pompeia durante a graduação**. Flávia Hayashi, desenho do *sketchbook*, 2021. Fonte: Acervo pessoal.....23

Figura 5 – **Memória de infância**. Flávia Hayashi, desenho do *sketchbook*, 2021. Fonte: Acervo pessoal.....24

Figura 6 - Madres de la Plaza de Mayo reunidas na praça. Fonte: Politize. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/wp-content/uploads/2022/03/1981-Ronda-de-Madres-de-Plaza-de-Mayo-Carlos-Villoldo.jpg>> Acesso em: 13/07/2022.....29

Figura 7 – Escrache acontecendo. Fonte: Página do GAC no Flickr. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/gacgrupodeartecallejero/>> Acesso em: 13/07/2022.....31

Figura 8 – Escrache acontecendo. Fonte: Página do GAC no Flickr. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/gacgrupodeartecallejero/>> Acesso em: 13/07/2022.....32

Figura 9 – Escrache a Jorge Vidal. Fonte: Página do GAC no Flickr. Disponível em:

<<https://www.flickr.com/photos/gacgrupodeartecallejero/>> Acesso em: 13/07/2022.....33

Figura 10 - Placa sendo fixada, indicando distância de genocida.

Fonte: Página do GAC no Flickr. Disponível em:

<<https://www.flickr.com/photos/gacgrupodeartecallejero/>> Acesso em: 13/07/2022.....33

Figura 11 – Placa que indica local de antigo centro clandestino de detenção. Fonte: Página do GAC no Flickr. Disponível em:

<<https://www.flickr.com/photos/gacgrupodeartecallejero/>> Acesso em: 13/07/2022.....34

Figura 12 – Cartografia do GAC colada na rua. Fonte: Página do GAC no Flickr. Disponível em:

<<https://www.flickr.com/photos/gacgrupodeartecallejero/>> Acesso em: 13/07/2022.....35

Figura 13 – GAC, Cartografia. Fonte: Página do GAC no Flickr.

Disponível em:

<<https://www.flickr.com/photos/gacgrupodeartecallejero/>> Acesso em: 13/07/2022.....36

Figura 14 – Identidade visual da prefeitura de Marta Suplicy em

2004. Fonte: Mussi (2012, p. 199)43

Figura 15 – Grupo Contrafilé, **Programa para Descatracalização**

da Própria Vida, 2004. Fonte: Mussi (2012, p. 199)43

Figura 16 – Assembleia Pública de Olhares sobre o Programa para Descatracalização da Própria Vida, 2004. Fonte: Mussi (2012, p. 200)

.....44

Figura 17 – Instalação do Monumento à Catraca Invisível, 2004.

Fonte: Mussi (2012, p. 204)46

Figura 18 – Contrafilé, **Monumento à Catraca Invisível**, 2004.
Fonte: Mussi (2012, p. 205)46

Figura 19 - Victor Brecheret, **Monumento às Bandeiras**, 1921.
Fonte: Toda Matéria. Disponível em:
<<https://www.todamateria.com.br/victor-brecheret/>> Acesso em:
13/07/2022.....49

Figura 20 - Monumento às Bandeiras com pixações. Fonte:
Pinterest. Disponível em:
<<https://br.pinterest.com/pin/432064157978162152/>> Acesso em:
13/07/2022.....51

Figura 21 - Estátua do Borba Gato sendo incendiada. Fonte:
Ponte.org. Disponível em: <<https://ponte.org/fogo-no-borba-gato-e-uma-resposta-da-sociedade-a-uma-indignacao-coletiva-diz-erica-malunguinho/>>. Acesso em 13/07/2022.....52

Figura 22 - Oficina do Projeto Fronteira Livre, 2017. Fonte: Goma Oficina. Disponível em: <<http://gomaoficina.com/grafico/fronteira-livre-as-historias-do-nos/>> Acesso em: 13/07/2022.....54

Figura 23 - Oficina do Projeto Fronteira Livre, 2017. Fonte: Goma Oficina. Disponível em: <<http://gomaoficina.com/grafico/fronteira-livre-as-historias-do-nos/>> Acesso em 13/07/2022.....55

Figura 24 - Faixa-fronteira da estação Palmeiras Barra-Funda, 2017.
Fonte: Goma Oficina. Disponível em:
<<http://gomaoficina.com/grafico/fronteira-livre-as-historias-do-nos/>> Acesso em 13/07/2022.....56

Figura 25 - Faixa-fronteira da estação República, 2017. Fonte: Goma Oficina. Disponível em: <<http://gomaoficina.com/grafico/fronteira-livre-as-historias-do-nos/>> Acesso em 13/07/2022.....57

Figura 26 - Faixa-fronteira da estação Sé, 2017. Fonte: Goma Oficina. Disponível em: <<http://gomaoficina.com/grafico/fronteira-livre-as-historias-do-nos/>> Acesso em: 13/07/2022.....58

Figura 27 - Faixa-fronteira da estação Brás, 2017. Fonte: Goma Oficina. Disponível em: <<http://gomaoficina.com/grafico/fronteira-livre-as-historias-do-nos/>> Acesso em: 13/07/2022.....59

Figura 28 - Faixa-fronteira da estação Tatuapé, 2017. Fonte: Goma Oficina. Disponível em: <<http://gomaoficina.com/grafico/fronteira-livre-as-historias-do-nos/>> Acesso em: 13/07/2022.....60

Figura 29 – Faixa-fronteira da estação Corinthians-Itaquera, 2017. Fonte: Goma Oficina. Disponível em: <<http://gomaoficina.com/grafico/fronteira-livre-as-historias-do-nos/>> Acesso em: 13/07/2022.....61

Figura 30 - Participantes com uma das faixas-fronteiras. Fonte: Goma Oficina. Disponível em:

<<http://gomaoficina.com/grafico/fronteira-livre-as-historias-do-nos/>> Acesso em: 13/07/2022.....62

Figura 31 - Faixa-fronteira instalada na estação Palmeiras Barra-Funda, 2017. Fonte: Goma Oficina. Disponível em: <<https://gomaoficina.com/projetos/fronteira-livre-invisible-borders-11a-bienal-de-arquitetura-de-sp/>> Acesso em: 13/07/2022.....67

Figura 32 - Faixa-fronteira instalada na estação Brás, 2017. Fonte: Goma Oficina. Disponível em: <<https://gomaoficina.com/projetos/fronteira-livre-invisible-borders-11a-bienal-de-arquitetura-de-sp/>> Acesso em: 13/07/2022.....68

"Às vezes, um instante
faz com que repensemos
todo o universo."

Coletivo MICO

INTRODUÇÃO

Para escrever este Trabalho de Conclusão de Curso estive envolvido um misto de sensações: vontades, dúvidas, incômodos, ideias, confusões, receios...

Uma multiplicidade de sensações que ao meu ver se liga diretamente à minha relação com um dos meus principais focos de interesse neste trabalho, que é a cidade. Trata-se de um interesse que já me acompanha há um tempo, e que foi se mostrando cada vez mais acentuado ao longo da graduação.

Assim, na escrita que se segue, procurei investigar essa minha relação com o urbano, trazendo um pouco das tantas coisas que ele me desperta. A maneira que encontrei de fazer isso foi através do resgate de alguns de meus contatos com intervenções urbanas ocorridos durante o curso e que me marcaram muito, penso até que foi através deles que surgiu esse meu interesse pela cidade. Foram contatos que se deram direta ou indiretamente, isto é, presenciando a intervenção de perto ou através da sua apresentação por pessoas que dela participaram ou que estiveram próximas. Optei por abordar

essas intervenções juntamente das pesquisas às quais estão vinculadas, bem como pesquisas referentes à cidade, a fim de buscar também neste trabalho uma maior compreensão sobre como a cidade opera e possíveis modos de entendimento dela.

Pelo fato dessas intervenções terem atravessado a minha experiência, e por eu acreditar que é possível aprender a partir das minhas próprias memórias, pensei em um formato memorialístico, apresentando então lembranças que eu tinha desses contatos. Isto de certa forma acabou me despertando a necessidade de estudar e pesquisar acerca da memória. Logo, procurei trazer estes estudos e pesquisas sobre a mesma ao longo do trabalho, relacionando-os com as intervenções e com aspectos da cidade. Em alguns momentos também procurei inserir desenhos meus a fim de ilustrar algumas memórias que estão sendo relatadas.

Um fator que considerei relevante neste processo e que gostaria de pontuar desde já, foi que, quando comecei a colocar as memórias em palavras, foi intuitivo e parecia muito significativo levar em conta determinadas lembranças da rotina quando os contatos aconteceram. Ao meu ver, isso diz respeito sobre como as

intervenções urbanas podem se conectar à nossa rotina, e atuar sobre nossa relação com a mesma. Optei por incorporar essas memórias daquela rotina - a qual, de lá pra cá se transformou muito, em grande medida devido à pandemia do Covid-19 - e em contrapartida, acredito que esta incorporação me levou a novas possibilidades de enxergar o próprio cotidiano, uma vez que via em lembranças dele, muito do que estava aprendendo em meus estudos.

Aliás, essa integração de novos conhecimentos e aprendizados no que lembro, é algo que vai permear toda a escrita do trabalho, por isso, muito da elaboração das memórias irá se mesclar com percepções e compreensões posteriores, (ainda que eu procure seguir minimamente um fio cronológico). Penso que isto por si só já é um aspecto que (hoje) considero relevante, e que já traz uma possibilidade de entendimento de que toda memória está sujeita a transformações, se atualizando e se reinserindo dentro de novos contextos a cada nova lembrança:

Na concepção de Halbwachs, a memória pode ser entendida como uma reconstrução do passado

realizada com o auxílio de dados do presente. Isso ocorre através de um processo de seleção, pois é impossível registrar tudo o que ocorreu num dado momento, não só no plano individual, mas também no plano coletivo. Assim, as visões construídas sobre o passado revelam mais sobre o momento presente do que sobre o passado que se pretende restituir. Nossas visões sobre o passado são incompletas, parciais e cambiáveis. (RIOS, 2013, p. 6).

Compreendo também que através da reconstrução das memórias se abrem possibilidades de um olhar crítico porque se trata de um exercício de constante reformulação e revisão dos nossos próprios modos de entender e conceber o que é lembrado. Sendo assim, cabe dizer que há um viés crítico capaz de residir no rememorar, do qual procurarei fazer uso ao longo do trabalho justamente para investigar as intervenções urbanas e a cidade.

Assumo este formato teórico e crítico o qual por sua vez insere o trabalho dentro da área de Artes Visuais, trazendo contribuições para a área no sentido de buscar possíveis modos de leitura e entendimento das intervenções urbanas – aliás, ao meu ver, escrever sobre elas através das memórias cotidianas por si só já

constitui uma forma de compreensão de que este tipo de produção artística se integra e participa do cotidiano e das memórias. Além disso, a contribuição para a área também é proposta no sentido da produção artística, no caso, através das ilustrações, as quais por sua vez, podem funcionar como um meio de explorar artisticamente as memórias em questão.

Por fim, antes de começarmos a adentrar por essas memórias e estudos, gostaria apenas de comentar acerca de um último aspecto que considero relevante no modo como o trabalho está estruturado, que é a possibilidade de se pensar cada capítulo que se segue como um caminho de memória, cada qual me levando a reflexões distintas. Quando me surgiu essa ideia de cada capítulo seguir um determinado caminho da memória mais ou menos independente, foi curioso porque logo eu pude perceber uma correspondência de alguns desses caminhos com os caminhos que cheguei a percorrer na cidade, naquele meu dia a dia, algo que ficará mais perceptível ao longo da escrita. Ao meu ver, isso demonstra a forte ligação entre as memórias e os lugares, o que também corrobora para aproximar a

dimensão dos lugares da cidade junto à dimensão da experiência, afinal de contas, “[...] o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo.” (CARLOS, 2007, p.14)

Procurei tornar a correspondência entre os caminhos da memória e da cidade mais evidente no trabalho através da nomeação de cada capítulo como “caminho”, cada qual se diferenciando como “1”, “2” e “3”, tendo em vista os diferentes lugares a que se referem e as diferentes memórias envolvidas. Finalizando esta introdução, deixo também um desenho de um mapa (Figura 1), o qual acredito que possa contribuir para a apreensão dessa correspondência, uma vez que através dele pude organizar visualmente os caminhos da cidade em conformidade com os caminhos da memória percorridos nos capítulos que se seguem:

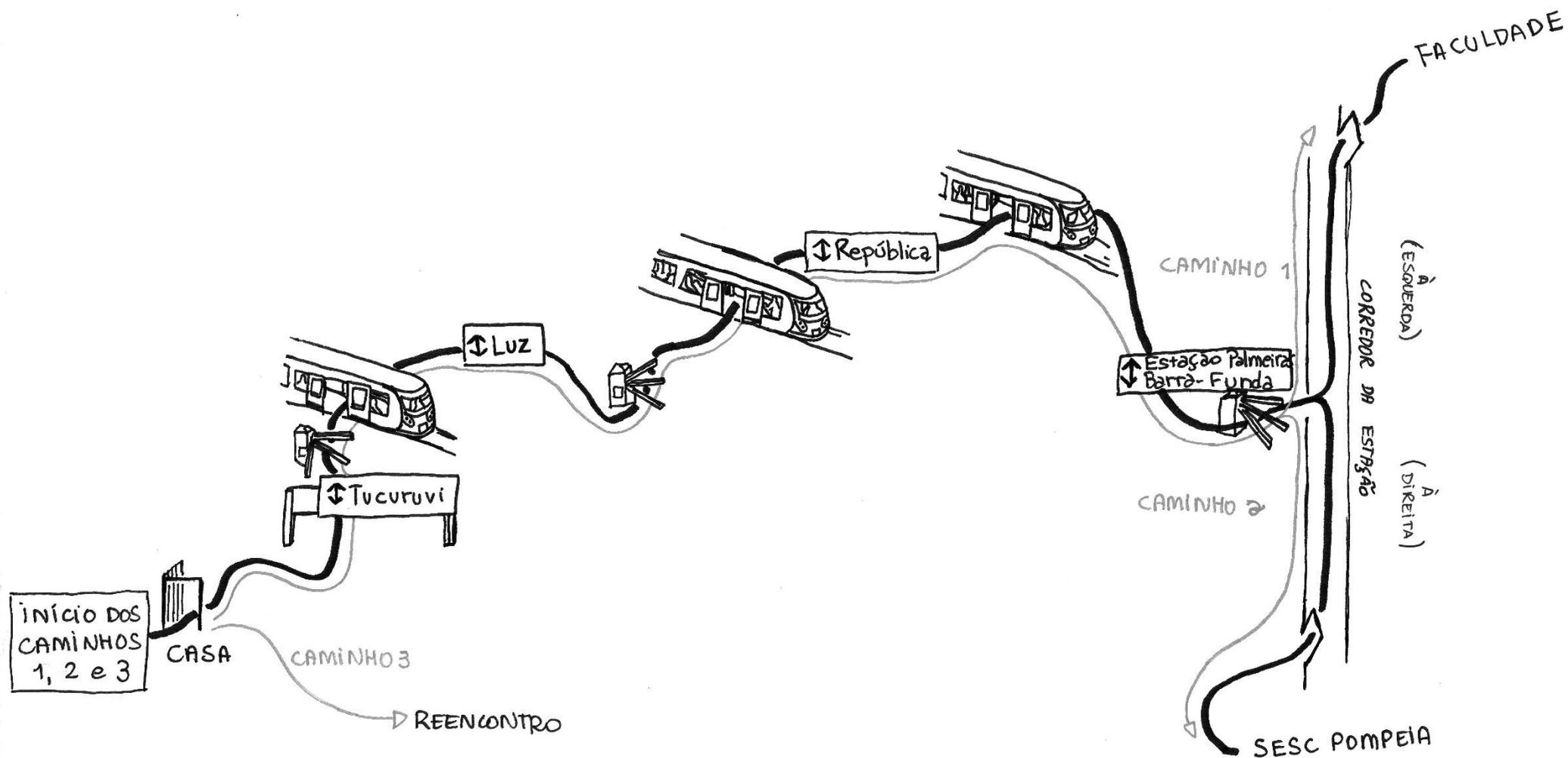


Fig. 1 – Caminhos da cidade e da memória
 Flávia Hayashi, mapa, 2022
 Fonte: Acervo pessoal

CAMINHO 1: VIRANDO À ESQUERDA

Em Bosi (2004) temos que o passado não se conserva de forma homogênea, e que inclusive, costuma haver uma relação conflitiva entre a memória-hábito, aquela atrelada a esquemas de comportamento e de mecanismos motores, e as lembranças isoladas, espontâneas e independentes dos hábitos.

E de fato, lembrar do que era repetitivo da minha rotina anterior de ida e volta da faculdade, que em grande medida era reviver todos os dias da semana o mesmo percurso, me faz pensar também que sempre me acompanhava algo além do que uma mera repetição de movimentos.

No início do curso principalmente, consigo dizer que costumava haver sempre muitas expectativas a me acompanhar naquele trajeto. Sobre quem eu iria conhecer, sobre ser conhecida por outras pessoas naquele nicho. Sobre o que era aquele espaço

acadêmico que eu estava frequentando, sobre querer ser uma artista, quais os caminhos que deveria ou poderia seguir a partir dali. Nesse momento inicial, eram expectativas que eu quase não sentia. Mas havia também expectativas mais antigas, já presentes nas rotinas anteriores, sobre meu corpo, sobre me ver como mulher, como lésbica, se aparentava ser isso e/ou aquilo, entre tantas outras possibilidades que existem de tentar se encaixar.

Eu carregava essas expectativas junto comigo no trajeto e logo com o passar dos meses, fui sentindo o peso de cada uma delas. Nessas de sentir o peso, e na grande maioria das vezes se ver em conflito com essas expectativas, eu sentia me acompanhar neste trajeto o que recentemente eu consegui aproximar e entender como um "Estado de Confinamento"¹.

Elaborado pelo grupo Contrafilé, um grupo de intervenção urbana, o Estado de Confinamento se trata de um termo necessariamente abrangente e que diz respeito à experiência de

¹ A invenção desse termo data de um período anterior à pandemia do Covid-19, portanto, a palavra ainda não continha o mesmo sentido que passou a ter após o isolamento social causado pelo vírus.

cada pessoa de sentir-se autoconfinada. Isto por si só, como Contrafilé (2007) coloca, já envolve várias coisas, lugares sociais que nos são pré-determinados, identidades fixas e dificuldade de se relacionar com as pessoas, a qual por sua vez, traz também a sensação de isolamento. Refere-se, portanto, a experiências diversas, mas que estão reunidas em torno da elaboração de um comum, que é sentimento de autoconfinamento.

No meu caso, acredito que me sentia autoconfinada às minhas próprias projeções que tinha de mim mesma, algo que atuava na minha maneira de me portar diante das pessoas, o que acontecia tanto na rua, no trajeto, como também, e mais fortemente na faculdade, no contato direto com outras pessoas. Me limitava a tentar ser de determinado jeito que me parecia ideal, que às vezes nem eu sabia exatamente qual era. Mas lembro que isso veio a se tornar um peso nas minhas relações e no meu dia a dia, e que aumentava à medida que sentia não corresponder.

Penso ser interessante associar o que sentia ao Estado de Confinamento, porque ao mesmo tempo que esse termo abre a possibilidade de se referir à esta minha experiência individual, há

também por parte do grupo, um entendimento de que estes autoconfinamentos constituem uma lógica que é produzida:

Hoje, a principal arma do sistema parece ser a absorção dos desejos para a manipulação dos comportamentos, estruturando nossa 'subjetividade confinada'. [...] Na medida em que nomeamos nosso confinamento, começamos a romper com as prisões internas, que são nossos próprios preconceitos, nossa própria hipocrisia, os lugares herdados que tiram autonomia de pensamento e ação. Porque acreditamos que o Estado de Confinamento nasce em um lugar muito íntimo e se afirma e reproduz na intimidade. (CONTRAFILÉ, 2007, p. 23).

E ainda uma lógica que se encontra espacializada na cidade:

[...] a criminalização sobre a população negra e pobre com uma aceitação passiva de grande parte da população, a construção de mais e mais cárceres - um sistema carcerário com 200 mil presos só no Estado de São Paulo (quando em 1994 eram 55 mil) e chegando a 500 mil no Brasil em 2007 (em 1994 eram 110 mil) - a classe média e a elite produzindo bairros fechados por toda a cidade, protegendo as zonas de consumo, cercas elétricas, mais e mais automóveis, guardas privados, muralhas de todos os tipos, configuram um panorama de confinamento social, um verdadeiro Estado de Confinamento. (CONTRAFILÉ, 2007, p. 20).

Pode-se dizer, portanto, que a ideia de comum contido no Estado de Confinamento, capaz de reunir consigo experiências diversas é intencionalmente uma maneira de romper com essa lógica confinada que está presente nas cidades tão segregadas espacialmente.

O grupo Contrafilé (2012) ainda associa o Estado de Confinamento também à experiência de se viver em uma Sociedade de Controle, que de acordo com Lopes e Santos [2004?], trata-se da presença de um controle aberto e contínuo que é interiorizado, mas que também está presente materialmente na cidade:

Há uma vigilância contínua, concretizada pela propagação das câmeras espalhadas por toda a parte: no comércio, bancos, escolas e até mesmo nas ruas. Isto traz a dimensão da sociedade autovigiada [...] (LOPES; SANTOS, [2004?]).

E ainda mais adiante:

O que presenciamos na sociedade de controle é que houve uma espécie de incorporação da disciplina. A tal ponto, que os indivíduos podem estar sob os efeitos dos dispositivos disciplinares, independente, da presença de algum tipo de autoridade investida de

poderes capazes de impor os procedimentos de poder e de saber. (LOPES; SANTOS, [2004?]).

Assim, fica possível apontar para uma série de produções de autoconfinamentos a se realizar em combinação com a cidade. E, por mais que se trate de um termo que diz respeito a experiências pessoais - e que por isso, de pessoa para pessoa, os confinamentos necessariamente se diferem - há uma tentativa de compreensão por parte do grupo de que não se tratam de autoconfinamentos propriamente isolados uns dos outros:

Sempre parece que as coisas difíceis de pensar juntos, como por exemplo, a prostituição e as prisões, estão lá longe, como se essas formas de confinamento não nos dissessem respeito. "O meu confinamento é o confinamento do consumo, mas aquele é outro". Mas não é outro, é parte de uma mesma coisa, é o reflexo. Só existe esse confinamento porque existe aquele. E a gente tem muita dificuldade de abrir espaço para pensar sobre algumas coisas de uma forma mais profunda, mais aberta mesmo. (CONTRAFILÉ, 2007, p. 26).

De volta à rotina, eu lembro que, ao sair do trem na estação Barra Funda, em direção a faculdade, eu costumava procurar a escada menos cheia mais próxima. Quando terminava de subir,

sempre havia um intenso fluxo de pessoas para desviar até chegar nas catracas. Passando por estas últimas, havia o movimentado corredor que virando à esquerda me levava à faculdade.

Lembro também que houve um semestre específico de desencontros com as expectativas, e uma persistente vontade de correspondê-las. Eu sentia o peso dos meus autoconfinamentos afetarem minha relação com a faculdade, tornando cada vez mais difícil lidar com minha própria presença naquele local. O trajeto era então repleto de muitos questionamentos comigo mesma. Mas eu lembro de um dia que, após passar pelas catracas e virar à esquerda, me deparei com uma grande faixa estendida no alto daquele corredor (Figura 2).



Fig. 2 – **Memória do encontro com a faixa**
Flávia Hayashi, desenho do *sketchbook*, 2021
Fonte: Acervo pessoal

Lembro que a faixa logo me chamou atenção e conforme eu me aproximava, pude ver que era composta de um tecido bege claro e havia estampada nela uma padronagem geométrica com cores fortes, a qual aparentava ter sido pintada. Ao passar pela faixa, sem deixar de observá-la, notei que havia inscrito no seu outro lado uma frase em letras grandes e que dizia: "criar coragem para caminhar". Foi uma surpresa me deparar com a faixa e ainda ter lido aquilo, que instantaneamente me remeteu às sensações presentes naquele dia a dia. Me impressionou ainda mais, porque eram incômodos que eu reservava comigo em âmbito pessoal, não partilhava, e de repente foi como se tivessem sido postos para fora. Naquele momento, então, era como se eu tivesse visto algo meu, no caso o meu confinamento específico, refletido naquela faixa. O encontro foi breve, porque não parei de andar, mas no pouco que pude presenciar me deslocou momentaneamente daquela rotina.

Voltei a observar a faixa mais algumas vezes, em idas e vindas. Nos momentos em que estava muito atrasada ou junto de alguém, esquecia ou amenizava propositalmente a sua presença. Já quando

eu reparava, sentia como se ela se comunicasse comigo. Hoje eu interpreto que essa sensação que eu sentia dela se comunicar diz respeito a essa possibilidade de pensar o Estado de Confinamento como algo comum, ou seja, a faixa se comunicou comigo porque ela evocava um comum com o qual, naquele momento, eu me identificava, me via ligada. Como nos pontua Milton Santos (2006, p. 214), a palavra comunicar, possui mesmo esse sentido de pôr em comum:

'Comunicar', lembra-nos H. Laborit (1987, p. 38) 'etimologicamente significa pôr em comum'. Esse processo, no qual entram em jogo diversas interpretações do existente, isto é, das situações objetivas, resulta de uma verdadeira negociação social, de que participam preocupações pragmáticas e valores simbólicos, 'pontos de vista mais ou menos compartilhados', em proporções variáveis, diz S. van der Leecew

Interpreto hoje também, que o aspecto comum próprio do Estado de Confinamento estava sendo partilhado na faixa de modo a ir contra a sensação do confinamento, isto é, no sentido de procurar não deixar o confinamento paralisar, e seguir em frente.

Penso que a faixa podia comunicar para mim essa ideia contrária àquele confinamento em grande medida por estar onde estava, já que, como novo componente da paisagem do meu trajeto, e quase chegando na faculdade, ela podia me remeter diretamente aos anseios que me acompanhavam naquele corredor diariamente. Mas ela também me provocava dúvidas, me perguntava se tinha algum foco específico, se fazia parte de uma ação do metrô ou de algum evento pelas redondezas.

Ainda nesse semestre, eu já havia instaurado nos meus percursos uma prática de variar o itinerário, visto que havia três baldeações possíveis que eu poderia fazer. E foi em uma ida, na baldeação da República, que eu avistei outra grande faixa estendida, também no alto, com uma estampa de padronagem distinta e na cor preta. Não associei à outra faixa. Devo ter passado por ela algumas vezes antes sem tê-la visto, porque ela ficava estendida paralelamente ao caminho que faço para a baldeação, e por esse motivo também não vi o outro lado da faixa. Posteriormente, em um retorno pela República que calhou de eu subir por uma escada rolante mais adiante, pude ver, ao sair da escada, o outro lado da

faixa que se apresentava virando à direita. Nele, também em letras grandes havia a frase “deixar o medo de lado” (Figura 3).



Fig. 3 – **Memória do encontro com a segunda faixa**

Flávia Hayashi, desenho do *sketchbook*, 2021

Fonte: Acervo pessoal

Naquele momento, eu não me liguei muito nas possibilidades contidas nessa frase, mas hoje em dia, a considero significativa. Associo muito no quanto aquele meu autoconfinamento da rotina vinha também de um medo, um medo que no meu caso era de rejeição. Mas quando penso no Estado de Confinamento como um estado que permeia a cidade como um todo, eu penso também no medo como uma ferramenta interiorizada da Sociedade do Controle:

Uma das táticas utilizadas para a manutenção do poder através do controle e do consentimento parece ser hoje a criação de condições em que impera o sentimento generalizado do medo que é, muitas vezes, fabricado. O medo abre as portas para a criação de um estado de exceção permanente em que se tolera, pelo 'bem comum', uma série de medidas antissociais (GRUPO POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL, 2008, p. 23)

Sobre isso, acredito ser necessário, considerar a circulação de “discursos do medo” que muitas vezes vão no sentido de instaurar um medo generalizado, tornando este último peça chave para a manutenção da construção de uma cidade segregada espacialmente (CALDEIRA, 2000 *apud* MUSSI, 2012).

Foi no dia em que me deparei com a segunda frase que percebi que as duas faixas se tratavam de uma mesma proposta. Com este segundo encontro, suspeitei que elas poderiam estar constituindo uma nova instalação artística permanente do metrô, já que no mesmo andar havia um espaço expositivo que poderia ter relação com elas. Houve um retorno para casa que eu quase fiz esse pequeno desvio de trajeto, para verificar se realmente nesse espaço expositivo havia mais informações, mas não o fiz, por achar que algum outro dia eu poderia dedicar mais tempo para saber de sua origem. Mas aconteceu que dentro de algumas semanas, elas foram retiradas e a ideia de procurar mais informações ficou para trás. De certa forma elas deixaram de compor a paisagem daquele itinerário, mas permaneceram fazendo parte da rotina em lembranças espontâneas.

Agora, é perceptível que, muito do que aprendi posteriormente (principalmente através dos contatos seguintes que irei relatar) me trouxe outras chaves de leitura e entendimento da minha experiência com as faixas e até mesmo daquela minha rotina. Fui percebendo que este contato com a intervenção podia reunir

consigo muito mais do que o reflexo daquilo que eu sentia naquele período. E não que identificar algo meu na faixa seja pouco, pelo contrário, acredito que foi justamente através dessa identificação que me surgiu a possibilidade de pensar um comum, o qual me vi partilhada, e que posteriormente aproximei à ideia do Estado de Confinamento, o qual por sua vez, diz respeito também à própria dinâmica da cidade.

CAMINHO 2: VIRANDO À DIREITA

A Barra Funda no início da minha rotina de ida e volta da faculdade era uma estação um tanto desconhecida, porque até então eu não andava pela região. Eu sabia, porém, que havia um único lugar pelas redondezas e que me era familiar da época de infância. Só não conhecia a sua localização precisa. Fui aprender o caminho até esse lugar, o Sesc Pompeia (Figura 4), junto dos novos amigos que fui fazendo. Da catraca da estação Barra Funda o caminho se iniciava virando à direita. Saíamos pelo terminal, depois caminhávamos um pequeno trecho até seguir mais longamente por outra avenida, que levaria à Rua Clélia, nº 93. Esse lugar veio a se tornar um dos desvios de itinerário que acontecia de vez em quando antes de voltar para casa, e logo passou a integrar memórias referentes à minha rotina da faculdade.



Fig. 4 – Memória de visitas ao Sesc Pompeia durante a graduação

Flávia Hayashi, desenho do *sketchbook*, 2021

Fonte: Acervo pessoal

Apesar de abastecer lembranças familiares, eu lembro que nas primeiras vezes que voltei a visitar esse Sesc com o pessoal da faculdade, depois de muitos anos transcorridos, ocorreu um certo estranhamento, e ele decorria justamente pelo fato de ali conter lembranças muito distantes daquela minha nova rotina.

Eu cheguei a frequentá-lo algumas vezes com meus pais e meu irmão quando criança, por isso, havia ainda alguns detalhes daquela época guardados na memória, tais como as pedras incrustadas na calçada (Figura 5), ou no fundo do riachinho artificial, o labirinto que era a biblioteca, ou mesmo os canais que desciam a

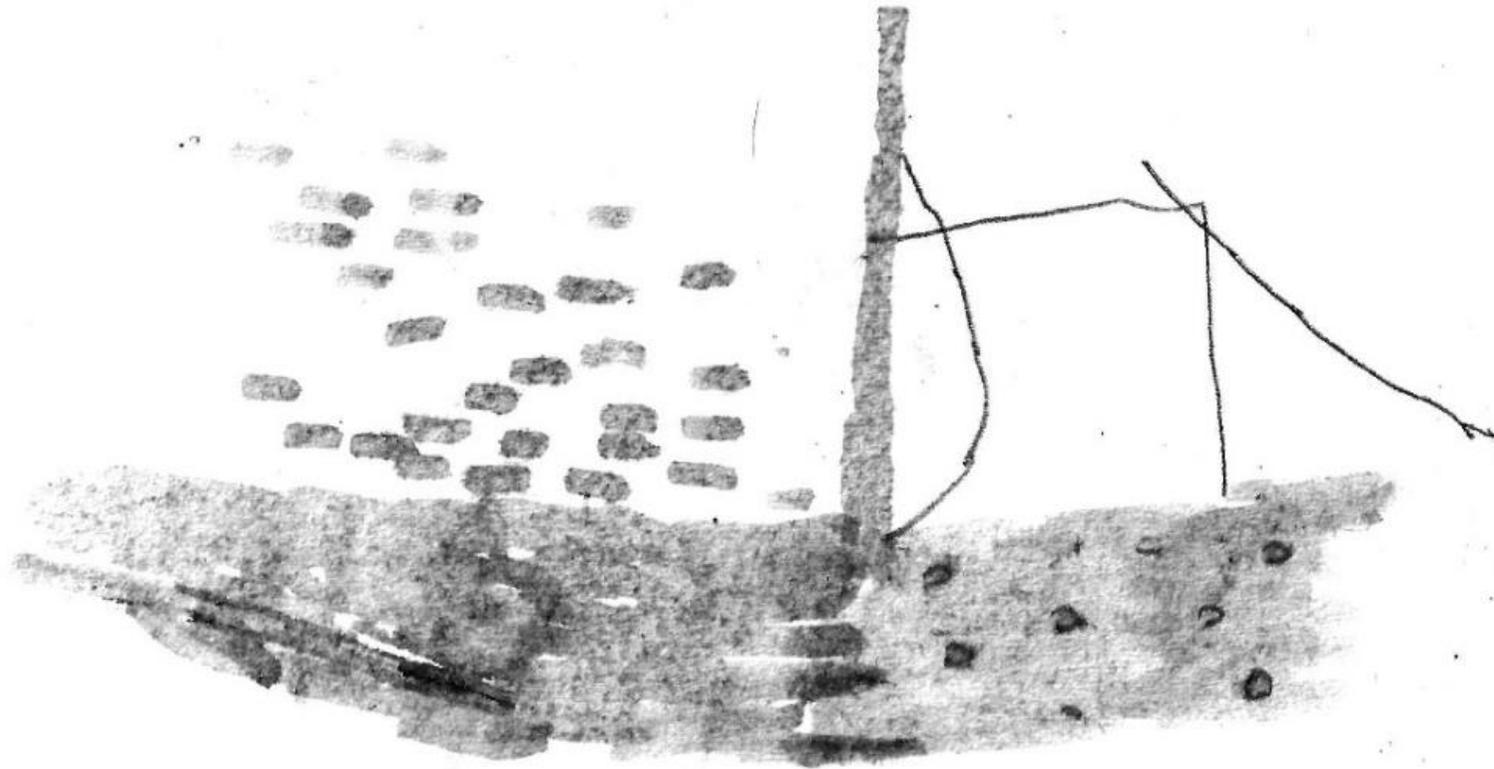


Fig. 5 – **Memória de infância**
Flávia Hayashi, desenho do *sketchbook*, 2021
Fonte: Acervo pessoal

sua ladeira de paralelepípedos.

Ao me deparar novamente com esses detalhes, percebia que conservavam uma certa importância em minha memória, porém era uma importância que, embora se mantivesse, já não fazia mais tanto sentido como parecia fazer antes. Nos desvios daquela rotina, frequentar esse lugar com amigos, até por estar acompanhada de pessoas distintas ou até mesmo sozinha, era estranho, porque passei a compreender novos sentidos junto àquele local e que pareciam se confrontar com os sentidos anteriores, recuperados apenas em vagas imagens.

Essa combinação de influências que culmina em um estranhamento é uma situação abordada por Maurice Halbwachs (1950, p. 52) em seus estudos acerca da memória:

Sem dúvida, deste conflito ou desta combinação de influências, cada uma delas deveria sobressair mais nitidamente. Mas porque esses meios se afrontam, temos a impressão que não estamos engajados nem em um, nem em outro. Sobretudo, o que se passa no primeiro plano é a estranheza da situação em que nos encontramos, que basta para absorver o pensamento individual

Para Halbwachs (1950), há o entendimento de que as lembranças são coletivas, uma vez que estão sempre associadas a correntes de pensamento estabelecidas através de grupos dos quais fazemos ou deixamos de fazer parte. Fazer parte de um grupo, ao seu ver, significaria pensar através de noções compartilhadas, que em algum momento foram comunicadas. Até em se tratando de memórias pessoais (como é o caso deste trabalho) nas quais somente eu estive envolvida, eu empresto do meio as ferramentas para lembrar, que de acordo com o autor são as palavras e as ideias, as quais eu não inventei sozinha.

[...] para melhor recordar, eu me volto para os grupos dos quais fiz parte, adoto momentaneamente seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois sofro ainda seu impulso e encontro em mim muitas das ideias e modos de pensar a que não teria chegado sozinho, e através dos quais permaneço em contato com eles. (HALBWACHS, 1950, p. 25)

Em muitas ocasiões, a memória pode se referir com maior intensidade ao lugar do qual se originou, visto que, ainda de acordo com o autor, o uso que fazemos do espaço, o modo como nos

relacionamos com ele, também envolve noções comuns estabelecidas junto de outras pessoas: "Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo" (HALBWACHS, 1950, p. 158). Pode-se dizer então que o espaço é capaz de fazer lembrar maneiras de ser, que são comuns:

Ao mesmo tempo que o espaço faz lembrar uma maneira de ser comum a muitos homens, faz lembrar também costumes distintos de outros tempos, sobretudo, faz lembrar de pessoas e relações sociais ligadas a ele. (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 291).

Justamente, acredito que naquele momento de estranhamento houve uma sensação de perceber simultaneamente noções distintas junto do espaço, aquela relação estabelecida no passado e que passava a dar lugar também a novas maneiras de ser junto dele, novos costumes, afazeres, vontades e mesmo memórias. Em Carlos (2007, p. 45) também temos um entendimento sobre o espaço bastante coerente:

Como o espaço não é para o vivido um simples quadro e como o sujeito vive através de um modo de

apropriação, a atividade prática vai mudando constantemente o espaço e os seus significados, marcando e renomeando os lugares acrescentando, por sua vez, traços novos e distintos que trazem novos valores, presos aos trajetos construídos e percorridos.

O que eu acho mais interessante disso tudo, é que no ano seguinte ao do encontro com as faixas, quando eu estava de férias, resolvi realizar um curso nesse mesmo lugar, e, embora tenha sido um curso rápido de apenas uma semana, ele definitivamente me ampliou as possibilidades e maneiras de pensar o meu entorno, a minha relação com a cidade e com os espaços da cidade. Consequentemente, significou também uma ampliação de possibilidades de pensar minhas próprias memórias, percebendo outras camadas naquilo que eu vivi, algo que se torna patente até mesmo na escrita deste Trabalho de Conclusão de Curso, já que incorporo nela essas novas possibilidades de pensá-las.

O curso foi organizado em encontros com a Joana Zatz Mussi, integrante de um grupo de intervenção urbana de São Paulo, o Grupo Contrafilé (o mesmo formalizou a ideia de Estado de Confinamento). Foi apresentado um pouco da pesquisa dela, assim

como houve a presença de pessoas convidadas vindas de outros coletivos, que apresentavam também um pouco das próprias experiências e perspectivas.

Optei por apresentar aqui duas das intervenções urbanas que foram trazidas neste curso que eu acredito que mais me possibilitaram ampliações para pensar tanto o meu entorno e a cidade, como a memória.

A primeira intervenção urbana que gostaria de abordar, foi trazida por um convidado, Rafael Leona, membro do Grupo de Arte Callejero, o GAC, grupo proveniente da Argentina. Em fato, o que o Rafael apresentou no curso, foram um conjunto de ações nas ruas ocorridas a partir da década de 1990 por parte do GAC, juntamente de outros grupos e movimentos, sendo que estas ações tinham como ponto central a memória social acerca da ditadura militar argentina.

O movimento por parte desses grupos foi o de mapear a continuidade dessa dimensão histórica que muitas vezes é dada como imaterial, procurando tornar visível que, devido a impunidade cedida aos ex-militares, “torturadores, torturados, filhos e famílias de

desaparecidos, vivem todos na mesma cidade, circulam pelos mesmos espaços, podendo ser até vizinhos” (MUSSI, 2012, p. 176), e que o espaço também comporta essa dimensão, materializada tanto no nome de ruas e avenidas, estátuas, como no cotidiano, em relações aparentemente banais “e não, como estamos acostumados a pensar, em um lugar abstrato, distante no tempo e no espaço, nos filmes e livros de história” (MUSSI, 2012, p. 170).

Aqui acredito ser necessário pontuar, para que não haja confusão, que há também uma definição de memória coletiva em contraposição a uma definição de memória individual. Em Halbwachs (*apud* SCHMIDT, MAHFOUD, 1993, p. 291), a memória individual é considerada justamente um “ponto de convergência de diferentes influências sociais e como uma forma particular de articulação das mesmas”, uma “orquestração de vozes” (SCHMIDT e MAHFOUD, 1993, p. 295) (isso não nega, então, o caráter coletivo que a memória individual possui). Ao passo que, conforme os autores, a memória coletiva propriamente corresponde a um acervo de lembranças compartilhadas e articuladas por um determinado grupo social.

De acordo com Pollak (1989), é possível considerar tanto a memória individual como a memória coletiva em estreita relação com o aprendido e com a forma pela qual as memórias são transmitidas, equivale dizer, às narrativas que as articulam.

Para este mesmo autor, em ambos os casos, há sempre um “trabalho de enquadramento” em torno da apresentação de memórias e que este enquadramento tende a definir um comum que a envolve, essa definição de um comum por sua vez, dependeria de uma função que se quer atribuir à memória, bem como à circunstância na qual ela é exposta/transmitida: “Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto” (POLLAK, 1989, p. 8). Penso que essa interação entre vivido e aprendido, bem como vivido e transmitido, abre um caminho para se pensar na construção de uma memória, seja ela individual ou coletiva. O que diz respeito também a este trabalho, o qual não está isento de escolhas e uma seletividade acerca dos caminhos que eu escolho percorrer nesta construção de memória.

De volta às ações ocorridas na Argentina, é possível observar na prática dos grupos atuantes um sentido de trazer à tona as memórias vividas por parte desses familiares e vítimas que até então eram relegadas ao esquecimento. Além disso, de acordo com Mussi (2012), os grupos procuraram acionar essas memórias para refletir o momento presente, evidenciando por exemplo o fato de que as forças repressivas atuantes na ditadura permaneciam presentes e ativas no jogo de poder daquele momento, tendo em vista que, os ex-militares passaram a possuir altos cargos tanto dentro como fora do governo, ou mesmo sendo donos de empresas de segurança privada, como também foi o caso do Brasil.

Segundo Mussi (2012), dentre esses grupos que participaram das ações, além do GAC, estavam as Madres de La Plaza de Mayo, as quais já atuavam desde o período da ditadura juntamente com as Abuelas de La Plaza de Mayo, se fazendo presentes na Praça em frente à sede do governo argentino em busca de informações sobre filhos e netos desaparecidos em um período de apropriação sistemática de bebês por parte dos militares. Ainda possuem grande relevância na denúncia das torturas, mortes e prisões arbitrárias

ocorridas durante a ditadura e se tornaram um importante movimento pelos direitos humanos. Na Figura 6 é possível observar a ocupação delas na praça, e que ocorria em movimento, uma vez que não era permitido realizar reuniões em grupo, era a forma pela qual conseguiam se manifestar.



Fig. 6 - Madres de la Plaza de Mayo reunidas na praça
Fonte: Politize

Outro grupo foi o H.I.J.O.S. (Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio), que se formou em 1995 inicialmente por filhos e filhas de militantes vítimas do terrorismo de estado, e que procura articular conceitos como os de justiça social, memória ativa e continuidade histórica. Por fim, o outro grupo, foi o MTD, Movimento dos Trabalhadores Desocupados da Argentina, que luta por melhores condições de vida.

Assim, de acordo com Mussi (2012), os grupos passaram a articular conjuntamente uma justiça social contra a impunidade, cada qual à sua maneira. Uma das práticas criada pelo H.I.J.O.S e que reunia consigo outras ações realizadas pelos outros coletivos foi a do escrache. Esta prática se iniciava com um levantamento de dados acerca do local em que os torturadores moravam, seguido de um empenho de conscientização a ser realizado sobre a vizinhança do mesmo, e que através de conversas contavam sobre sua participação como genocida bem como as mortes ocasionadas por ele. Realizada essa conscientização, uma marcha era marcada tendo como ponto final a casa de algum torturador. Nessa marcha (Figuras 7 e 8) reunia-se uma multiplicidade de linguagens: tambores, dança, música, etc.



Fig. 7 – Escrache acontecendo
Fonte: Página do GAC no Flickr



Fig. 8 – Escraque acontecendo
Fonte: Página do GAC no Flickr

O GAC, durante as marchas, inseria nas ruas placas (Figuras 10 e 11) que se assemelhavam às placas de trânsito oficiais, mas que sinalizavam a distância física em relação a esses torturadores, uma vez que eram inseridas em locais próximos às suas casas. Outras placas realizadas e fixadas pelo grupo indicavam antigos lugares que compunham os órgãos aliados ao regime (Figura 11), já que não havia qualquer sinalização a respeito.



Fig. 9 – Escrache a Jorge Vidal
Fonte: Página do GAC no Flickr



Fig. 10 – Placa sendo fixada, indicando distância de genocida
Fonte: Página do GAC no Flickr



Fig. 11 – Placa que indica local de antigo centro clandestino de detenção
Fonte: Página do GAC no Flickr

Como forma de divulgação do movimento dos grupos participantes, o GAC também realizou cartografias (Figuras 12 e 13) que sinalizavam as casas e até mesmo inserindo o nome do torturador, seu número de telefone e endereço.



Fig. 12 – Cartografia do GAC colada na rua
Fonte: Página do GAC no Flickr

Na Figura 13, além da listagem e localização dos torturadores e dos órgãos associados à ditadura militar argentina, há (ao lado do mapa), uma breve explicação acerca do golpe, e a apresentação de alguns dos danos econômicos decorrentes da ditadura e que se estendem até os dias atuais, como o aumento tanto da dívida externa do país como do número de pessoas abaixo da linha de pobreza.

Segundo Mussi (2012), de início, essas ações ocorriam sem muita divulgação, mas aos poucos a prática foi crescendo e sendo legitimada socialmente, tanto que fez avançar a política de direitos humanos na Argentina, e os torturadores e ex-militares passaram a ser punidos e presos. Mas é possível interpretar que o acontecimento do escrache por si só, já se tratou de uma forma de justiça, uma forma de justiça alternativa que não dependeu dos espaços formalizados do dizer. Nas palavras do GAC (2009 *apud* Mussi, 2012, p. 191): “Se aleja así de las prácticas del Poder Judicial, que cosifica e individualiza los problemas sociales, y genera un espectáculo representado en la práctica del juicio”.

Além disso, essa outra forma de justiça é realizada através da conversão da cidade em plataforma e instaurando acontecimentos inesperados sobre o que está aparentemente dado:

[...] ao redor da casa do torturador, simbolicamente o prendem, subvertendo o lugar histórico de cada um (opressores X oprimidos, torturador X torturados, trauma X comodidade, etc.). Aqui, cabe comentar os aspectos dessa outra prática de justiça: [...] o sea, la justicia no depende de una institución que la encarne, sino de la acción que la produce. [...] El escrache, entonces, es una situación que propone y implementa una práctica alternativa. O sea, que contiene indicios de una nueva sociedad [...]. El escrache es una referencia visible de una nueva practica de transformación (Colectivo Situaciones, 2002). (MUSSI, 2012, p. 185).

Aqui, acredito ser interessante retomar à Michael Pollak (1989), uma vez que o mesmo, ao se interessar pelos processos e atores ligados à formalização de uma memória coletiva, irá apontar também para a elaboração de uma “Memória oficial”, a qual muitas vezes contém um aspecto uniformizador e opressor, tendendo a uma unilateralidade, e possuindo um respaldo maior para sua circulação, uma vez que tem seus usos já legitimados socialmente. Um exemplo interessante que Bosi (2004) traz e que pode contribuir

para se pensar a legitimidade que uma memória oficial pode carregar, foi o caso de um entrevistado sindicalista que participou de movimentos operários e que no momento da entrevista disse estar despreparado para relatar suas próprias experiências dentro desse movimento e que gostaria de buscar mais informações a respeito dela em livros de história. Isto denota a força que um meio legitimado, no caso a instituição escolar, pode incidir sobre as memórias pessoais.

Todavia, em contraposição a essa memória oficial, Pollak (1989) aponta também para a existência das memórias subterrâneas, parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, as quais têm o poder, assim como assinala Fonseca (2017), de provocar intensos ruídos na transmissão oficial dos fatos. Acerca disso, um apontamento de Franco Cardini também se mostra bastante oportuno:

A lembrança não se constrói sem a memória coletiva, mas, ao mesmo tempo, a recordação pessoal é uma forma de testemunho que impõe limites à tirania ou à ditadura das

imagens coletivas (CARDINI 1993 *apud* SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 292).

Acredito que foi justamente o poder de instaurar ruídos sobre a memória oficial que se materializou através das ações dos grupos na Argentina. Isto é, até o momento de as ações tomarem conta da cidade, havia no enquadramento da memória oficial por parte do governo uma escolha implícita em “esquecer” as graves violações de direitos humanos ocorridas por parte do governo, já que os responsáveis não foram punidos, e conseqüentemente, esquecer as vítimas decorrentes do estado de exceção, havendo também uma escolha implícita em não ouvi-las: “Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta” (POLLAK, 1989, p. 6), uma escuta que, pelos espaços formalizados do dizer, simplesmente não ocorria. Todavia, conforme os escraches foram crescendo e ganhando cada vez mais repercussão, a memória oficial foi sendo rasurada e o governo argentino passou a assumir os crimes. O movimento engendrado através das ações dos grupos, está dentro do que Pollak (1989) reconhece como a memória em disputa – e é nesse sentido que a

apropriação da cartografia por parte do GAC por exemplo pode ser entendida como proveniente da necessidade de se criar uma maior legibilidade para disputa, conforme pontuou Rolnik (1989 *apud* Mussi 2012) ao se referir à disputa da cidade, mas que também podemos entender como se referindo a uma disputa de memória.

Com relação à impunidade a que se referem as intervenções, gostaria de trazer um dos apontamentos realizados por Salvioli (Simpósio Internacional, 2021, 6 min 22 s), em que o mesmo associa a impunidade à desmemória, bem como os riscos relacionados a esta última, dentre eles o de legitimar essa impunidade e ainda a possibilidade de, na história, transformar genocidas em heróis. Acredito que isto nos abre em muito a chance de refletirmos acerca das cidades brasileiras no geral, onde se torna patente a continuidade de um estado de exceção, havendo a repetição de violações de direitos humanos, as quais se dão sistematicamente, em grande maioria contra a população negra e pobre.

Vitória Westin (2014), apresenta pesquisas que vão justamente no sentido de identificar essas continuidades no Brasil. Os dados oriundos são significativos em relação ao caso brasileiro,

uma vez que indicam aumento das violações após a época do regime autoritário militar. A autora também aponta para a preservação de um aparato repressivo estruturado no período ditatorial:

“Entulho” do período autoritário, mecanismo concebido por um Estado de exceção e muito mais utilizado pelo Estado Democrático de Direito, o auto de resistência permanece vigorando, nas palavras do antropólogo Paulo Jorge Ribeiro, como expressão mais pura da exceção que se torna regra e “síntese perversa de como determinada parte da população é exterminada”. (WESTIN, 2014, p. 2)

Ainda de acordo com Westin (2014), este cenário está intimamente ligado à impunidade, esquecimento do horror e à incompleta transição para a democracia no Brasil, transição ocorrida com mais continuidades do que rupturas e liderada pelas elites conservadoras, pela oposição liberal e por setores das forças militares que já sentiam o esgotamento do regime:

Mais do que ausência de rompimento material, a transição no Brasil é marcada pela resistência à lembrança do horror. Nesse sentido, afirma-se que a passagem para a democracia não foi completa porque

o legado de violações de direitos humanos do período não foi efetivamente enfrentado ou superado pela nação. Sob a égide da Lei de Anistia e com apenas algumas poucas tímidas iniciativas destinadas à revisitação do passado de violações, a verdade sobre os horrores do passado ditatorial permanecem veladas. (WESTIN, 2014, p. 3)

Cabe lembrar que a Lei da Anistia permitiu o retorno de exilados mas foi uma das principais maneiras de tornar impunes os crimes cometidos por parte dos agentes do Estado, trata-se de um sistema, que na afirmação de Westin (2014) permanece até hoje legitimando arbitrariedades, presente na truculência das ações da polícia contemporânea. Em conclusão, Westin (2014, p. 4):

O processo de transição democrática no Brasil permanece inconcluso, e a solução para o impasse sobre a significação das violações passadas reside na desconstrução da verdade oficial da história dos vencedores e na recuperação dos testemunhos do horror sofrido. Nesse sentido, o resgate crítico da memória das vítimas é condição necessária e imprescindível para romper com a lógica corrosiva de um passado de injustiças que se reproduz e reflete no presente. Somente através de uma política de memória concebida a partir do olhar da vítima, que promova a revelação da verdade, o reconhecimento público das responsabilidades coletivas e a reversão do sentimento

de impunidade, será possível destruir o elo que liga um pretérito de barbáries negadas às violações do presente.

A outra intervenção urbana que foi apresentada no curso, e que gostaria de trazer aqui foi realizada pela Joana juntamente do grupo do qual faz parte, o grupo Contrafilé. Tratou-se da ação intitulada “Programa para Descatracalização da Própria Vida”, realizada para o projeto Zona de Ação (ZA), projeto proposto por alguns grupos de intervenção urbana, dentre eles o Contrafilé e o GAC, e patrocinado pelo Sesc.

De acordo com a Mussi (2012) a ideia inicial que foi desenvolvida pelos grupos para o projeto ZA, foi a de interação dos mesmos, cada qual com uma zona da cidade de São Paulo, para em seguida cada grupo atuar sobre a zona escolhida, realizando uma “inscrição político-simbólica” sobre ela e que trouxesse um entendimento acerca do lugar no qual vivemos, bem como abrir a possibilidade de discutir esse local e reinventá-lo. O Contrafilé, escolhido para atuar na Zona Leste, todavia, começou a sentir um desconforto com relação à proposta que havia sido acordada entre os grupos. Principalmente porque lhes parecia uma realização sob

encomenda, a partir de uma estrutura que promovia encontros de uma forma já dada e financiada. Em razão disso, buscando levar em consideração este incômodo, o grupo optou por um processo diferente dos demais grupos participantes e optou que a interação consistisse em uma Assembleia Pública de Olhares, a ocorrer na Zona Leste e reunindo diversos representantes de movimentos sociais da região, para assim, pensar junto destes uma intervenção.

A Assembleia Pública de Olhares é uma metodologia desenvolvida pelo Contrafilé utilizada para colocar em pauta sensações do cotidiano junto a um coletivo mais amplo, que no caso do Projeto Zona de Ação, foi justamente colocar como pauta o incômodo que o grupo estava sentindo. De acordo com Mussi (2012, p. 197), ela é definida pelo grupo como:

Assembléia Pública de Olhares sf 1 Encontro de pessoas com o fim de compartilhar o que as paralisa ou mobiliza; encontro de intimidades; 2 Criação coletiva de perguntas e exercício de dar nome às urgências; lugar de aprendizagem; 3 Prática coletiva de escuta ativa que leva à produção de conteúdos e/ou símbolos resultantes da consciência de uma experiência comum; 4 Invenção de tempo e espaço para o dissenso; afirmação de singularidades co-criadoras de realidade;

5 Mobilidade interna; 6 Disponibilidade para relacionar-se com inteireza; 7 Descondicionamento de padrões repetidos; mudança de hábito; 8 Movimento de desatar os laços sociais previstos pelo Estado de Confinamento, espaço para relações proibidas; 9 Estado manifesto de criação.

Tendo em vista o incômodo, e as sensações de possibilidade e impossibilidade que o Contrafilé sentia diante do projeto ZA, pensou-se numa possível relação com a ideia de catraca, entendendo-a como um símbolo que expressa:

Por um lado, o controle, a dificuldade de atravessar fronteiras visíveis e invisíveis; por outro, essa como uma experiência comum a todos, mesmo se provenientes de diferentes contextos sociais. (MUSSI, 2012, p. 198).

Ainda de acordo com Mussi (2012), em uma “dissecação” da catraca pelo grupo, foi notado que, além de ser um objeto que separa espaços entre dentro e fora, privado e público, ele possui uma estrutura individualizante que permite a passagem de apenas uma pessoa por movimento, o movimento sendo feito em sentido único. Além disso, pode ser visto como um mecanismo de controle, já que a sua passagem muitas vezes depende de certos critérios, dentre

eles, o mais frequente, o de estar pagando para acessar determinado lugar.

Foi pensando então na catraca como um dispositivo já legitimado, já inserido e aceito nos contextos nos quais se encontra na cidade, e na possibilidade de entender barreiras existentes na cidade para além da necessidade de haver uma catraca visível, que o grupo optou por realizar um deslocamento desse símbolo oficial, inserindo-o junto a um “programa”, o Programa para Descatracalização da Própria Vida, à moda dos programas oficiais que são instaurados por parte do governo. Penso que a partir do momento que também esses programas oficiais são apropriados, há uma maior possibilidade de entendê-los como reunindo suas próprias formas particulares de pensar a cidade, formas estas que vão no sentido de definir o que deve ser modificado, resolvido e solucionado, embora a forma oficial não seja e não deva ser a única forma de provocar mudanças na cidade.

De acordo com Mussi (2012), para que houvesse uma maior semelhança junto aos programas oficiais, o Programa Para a Descatracalização da Própria Vida até mesmo incorporou a estética

presente no governo da época, como é possível observar nas Figuras 14 e 15:



(acima) Fig. 14 – Identidade visual da prefeitura de Marta Suplicy em 2004
Fonte: Mussi (2012, p. 199)

(abaixo) Fig. 15 - Grupo Contrafilé, **Programa para Descatracalização da Própria Vida**, 2004
Fonte: Mussi (2012, p. 199)

Fica possível pensarmos então, que assim como foi realizado pelo GAC ao alterar placas de trânsito oficiais, o grupo similarmente se apropriou do que é "oficial" para inserir novas significações a partir dele. Cabe pontuar, todavia, que essa semelhança entre as ideias do GAC e do Contrafilé não foi acidental, já que, de acordo com Mussi (2012), nas reuniões ocorridas para o projeto ZA, houve muita troca e justamente o entendimento de que as práticas e metodologias podem ser disseminadas junto a outros contextos.

Assim, quando da Assembleia Pública de Olhares (Figura 16), portanto, o Contrafilé abriu para o grupo os incômodos vinculados ao Projeto ZA, bem como a possível relação com a representação da catraca e a proposta de invenção do programa público. As pessoas presentes na Assembleia foram convidadas a compartilhar o que sentiam em relação ao que foi aberto, procurando trazer também suas próprias lembranças e pensamentos.



Fig. 16 – Assembleia Pública de Olhares sobre o Programa para Descatracalização da Própria Vida, 2004
Fonte: Mussi (2012, p. 200)

Assim, diversas histórias e experiências cotidianas foram sendo relatadas:

[...] alguém que não entrava em uma biblioteca por não se sentir “bem-vindo” sendo jovem, pobre e negro, mesmo sem nenhum muro ou catraca visíveis; outros que presenciavam o aparecimento das catracas em suas escolas ou universidades; aqueles que refletiam sobre a proliferação das Igrejas Evangélicas, especialmente poderosas nos bairros periféricos, como “catracas para o céu”; histórias de mulheres grávidas que se sentiram humilhadas ao ter que submeter o seu corpo à situação de passar por uma catraca e ao medo de “amassar o bebê”; os olhares de desconfiança em certos espaços da cidade, a sensação de que, mesmo públicos, na realidade eram lugares privados; a sensação de ser sempre “o suspeito”, de ser parado diversas vezes e revistado pela polícia; as praças nas quais alguns brincavam quando crianças, agora rodeadas por grades, etc. (MUSSI, 2012, p. 201).

A partir daí, de acordo com Mussi (2012) comprovou-se que a catraca era de fato um símbolo potente, e que abria a possibilidade de se relacionar com diversas experiências junto a cidade. Após o levantamento de várias ideias de intervenção urbana, foi decidido na Assembleia que a intervenção do Contrafilé consistiria na instalação de um monumento, uma catraca, a fim de sinalizar a inauguração do

Programa para Descatracalização da Própria Vida, novamente se aproximando das dinâmicas que acontecem oficialmente na cidade.

Foi decidido também que a instalação se daria na região central de São Paulo, por se tratar de um local de maior confluência de pessoas, vindas de todas as outras regiões da cidade. E por fim, decidiu-se também que ela seria colocada em lugar de uma estátua já roubada, o que de certa forma, reflete a existência de uma já praticada desconstrução dessa simbolização oficial.

A catraca, então, adquirida em ferro velho, foi instalada no Largo do Arouche, sem assinatura do grupo, e veio acompanhada de uma placa metálica contendo a legenda: “Monumento à catraca invisível”, Programa para a Descatracalização da Própria Vida, Junho/2004 (Figura 18). Conforme Mussi (2012), a instalação se deu de madrugada, o Contrafilé vestindo roupas semelhantes à de funcionários da prefeitura (Figura 17), já que havia uma base da Polícia nas proximidades.

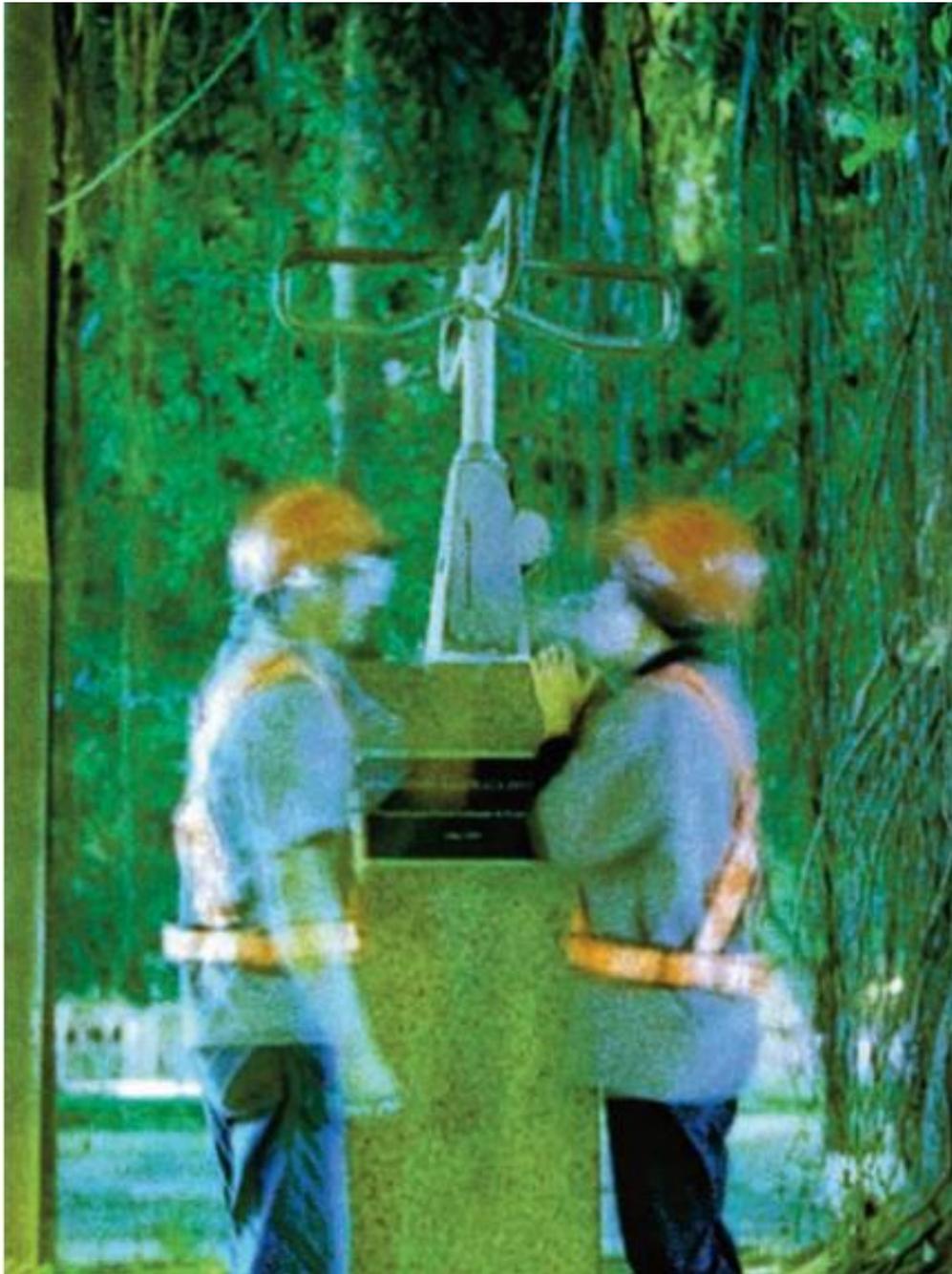


Fig. 17 – Instalação do Monumento à Catraca Invisível, 2004
Fonte: Mussi (2012, p. 204)



Fig. 18 – Contrafilé, **Monumento à Catraca Invisível**, 2004
Fonte: Mussi (2012, p. 205)

O monumento permaneceu instalado durante alguns meses. Após sua presença noticiada pela Folha de S. Paulo em setembro, teve a sua retirada providenciada pelas autoridades. Acabou gerando mais repercussão posteriormente, e até mesmo se tornou tema da redação da Fuvest de 2005, o que também gerou manifestações antivestibular (com uma catraca sendo queimada em frente ao prédio da Fuvest).

Dada a possibilidade de entender a catraca como um objeto provido de técnica acredito ser interessante aproximá-la também da relação entre técnica e espaço estabelecida por Milton Santos (2006), segundo o qual a técnica estaria diretamente ligada à atual planificação do espaço urbano, uma vez que prevê uma determinação sobre ações que são realizadas no espaço: "O espaço racional supõe uma resposta pronta e adequada às demandas dos agentes, de modo a permitir que o encontro entre a ação pretendida e o objeto disponível se dê com o máximo de eficácia" (SANTOS, 2006, p. 204). O autor também compreende a técnica como "autorizações para o fazer", e, ao meu ver, em um mundo de extrema mobilidade, pensar na catraca como símbolo torna-se novamente

potente quando penso que a sua função se resume em justamente autorizar ou não autorizar passagens.

Todavia, o fato de, na intervenção, a catraca ter sido reapropriada e deslocada da função à qual é preestabelecida, pode nos aproximar também de outro momento da escrita de Santos (2006), segundo o qual o objeto possui uma autonomia de existência, dada a sua existência corpórea, mas não tem autonomia de significação, sendo necessário considerá-lo na sua articulação com os eventos: "Um objeto tomado isoladamente tem um valor como coisa, mas o seu valor como dado social vem de sua existência relacional" (SANTOS, 2006, p. 102). Assim, nesse sentido, acredito ser possível entender que ao fazer esse deslocamento a intervenção justamente abre margem para se questionar o sentido que o objeto possui na sua função habitual, bem como para instigar a elaboração de significações que vão além da mesma, e assim, podendo se estender a espaços que operam com a mesma lógica sem a necessidade de presença de uma catraca visível.

Um dos vários pontos acerca da intervenção que considero bastante significativo e que conversa em grande medida com o que

foi dito acerca das ações do GAC, está na possibilidade, tal qual assinala Mussi (2012), de pensar o Programa como uma maneira questionar a monumentalização da cidade - o que também leva a uma disputa de questões normativas – uma vez que os monumentos até então existentes podem ser vistos justamente como uma forma oficial de articular memórias junto ao espaço urbano, entrando assim no que foi dito sobre uma memória oficial ser construída e se encontrar espacializada na cidade. Sendo assim, ao meu ver, a partir do momento em que se questiona a categoria de monumento, questiona-se também as memórias envolvidas na elaboração dele, e em conformidade com o pensamento de Pollak (1989), podemos considerar que questionar determinadas memórias espacializadas na cidade é então questionar a seletividade envolvida em tal memória, isto é, as escolhas existentes naquilo que se quer ou não lembrar.

Um exemplo que acredito ser interessante referente a isso está nos comentários que Armando Salles de Oliveira fornece em ocasião ao quarto aniversário da Revolução de 32, em 1936, acerca da construção do Monumento às Bandeiras (Figura 19), monumento

encomendado por ele próprio a Vitor Brecheret e que foi inaugurado em 1954:

[...] Não há quem desconheça a concepção de Brecheret. É uma arrancada de Bandeirantes, para a conquista da Terra Virgem. [...] Tudo ali é força, movimento e ação. Alguns homens, ajudando com o braço a puxar o batelão, com o outro sustêm companheiros desfalecidos de fadiga ou de febre: é a solidariedade, indispensável para o triunfo. Dois bandeirantes, os chefes, vão na frente a cavalo: é o princípio da autoridade, o mais forte esteio da civilização que o comunismo tenta destruir. As figuras decrescem em tamanho: é a hierarquia, inseparável da disciplina, e um dos mais belos princípios da organização social, porque permite ao que está no ponto mais baixo ascender por si mesmo à posição mais alta. Na frente do grupo a grande figura da mulher que representa a terra virgem, em cuja conquista os bandeirantes partem, mostra que eles sabem o que querem e para onde vão: é o pensamento dominando a ação. Pela avenida Brasil, que dá acesso a todos os grandes caminhos de penetração - ao Tietê e às estradas que levam ao Sul, ao Mato Grosso, a Minas e a Goiás - saíram como sairão, grandes grupos de bandeirantes, que iniciarão uma nova etapa de sua obra, a serviço da Pátria. (OLIVEIRA, 1936, *apud* SCHPUN, 2003, p. 15-16).

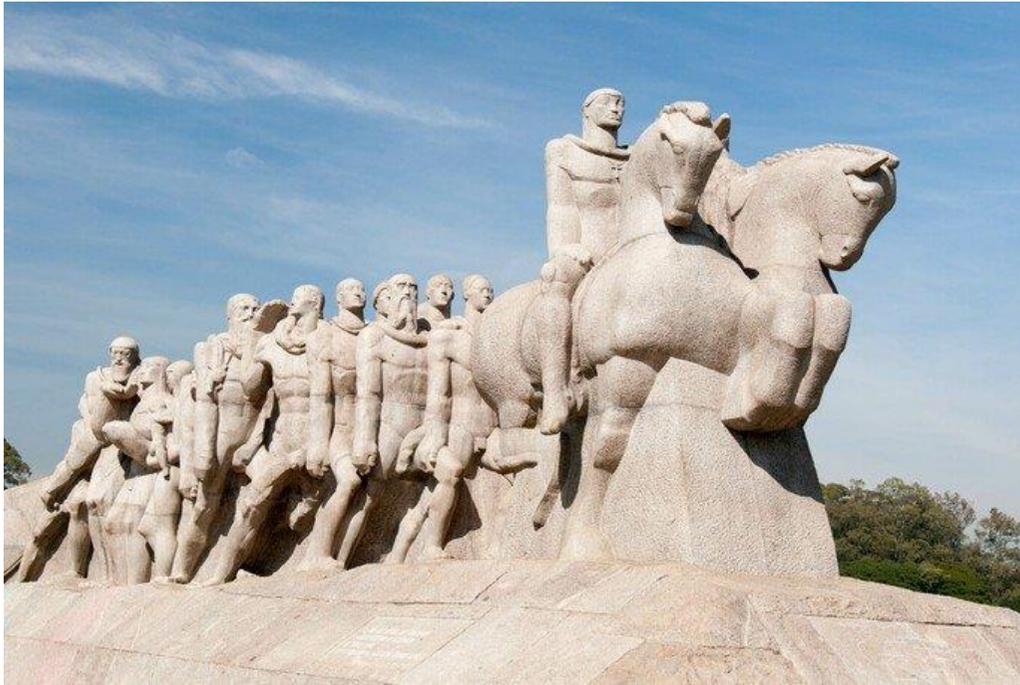


Fig. 19 – Victor Brecheret, **Monumento às Bandeiras**, 1921
Fonte: Toda Matéria

A partir do comentário de Oliveira fica nítida a interpretação que se quer obter da obra por parte do governador, ou seja, uma interpretação na qual se exalta o mérito dos bandeirantes, pelo domínio que fizeram da "Terra Virgem". A presença do bandeirante em uma posição mais elevada, hierarquicamente superior, como explicitamente indicou Oliveira, já denota nesta narrativa o seu protagonismo em relação às demais representações contidas no monumento.

Trata-se de um protagonismo que vem muito da tentativa de promover um imaginário social regionalista, o qual irá remeter positivamente às figuras do paulista e da cidade de São Paulo, já que, de acordo com Naves (2011), quando do vertiginoso crescimento da cidade de São Paulo decorrente do ciclo do café, houve um esforço consciente por parte da oligarquia cafeeira em dotar a cidade de atributos históricos a fim de legitimar sua posição de liderança econômica e assim obter maior peso político. Em Schpun (2003), a construção desse imaginário regionalista teria uma dupla utilidade, de aspecto até paradoxal: serviria de base para distinguir aquela elite de outras elites regionais e de outros grupos sociais - já que a elite paulista agora possuía a partir do bandeirante uma herança de quatrocentos anos (observa-se aí a presença de uma ideologia de pureza e superioridade racial) -, e, serviria aos esforços de coesão social - dissolvendo-se assim hierarquias sociais, desigualdades raciais e a presença dos diversos imigrantes. Ora, fica evidente a partir daí o quanto que este monumento - e podemos pensar em todas as homenagens que são feitas aos bandeirantes nessa linha - carrega em sua concepção a afirmação de uma desmemória, o

esquecimento dos horrores cometidos por parte dos bandeirantes, o apagamento de violências perpetradas e do genocídio, e ainda toda a continuidade histórica que se estende até os dias de hoje.

Mas, conforme comentei anteriormente, trata-se de uma afirmação que vez ou outra é interrompida pelos ruídos de uma memória que contém verdades esquecidas, ruídos presentes em ocasiões nas quais os monumentos já foram alvo em manifestações e pixações, tal como ocorreu algumas vezes com o Monumento às Bandeiras (Figura 21), e mais recentemente, o fogo ateadado na estátua do Borba Gato (Figura 22).

O embate entre as narrativas de memória coletiva que se fazem sobre essas espacializações de desmemórias, permite observar que a cidade é também um palco de disputa no campo de produção simbólica e do imaginário social.



Fig. 20 – Monumento às Bandeiras com pixações
Fonte: Pinterest



Fig. 21 – Estátua do Borba Gato sendo incendiada
Fonte: Ponte.org

CAMINHO 3: REENCONTRO

Somente muitos meses depois, talvez mais de um ano, que as revi. Foi uma grande surpresa esse reencontro, ainda que tenha ocorrido virtualmente. Eu estava em casa, nesses momentos de procurar não sei o quê no celular, quando no Instagram eu avistei uma foto de um movimentado corredor de metrô, com uma grande faixa estendida no alto, de estampa azul e amarela. Havia outras imagens, outras faixas, em várias estações de metrô, e reconheci dentre elas justamente as que presenciei na Barra-Funda e na República.

Na legenda dessas imagens, publicadas por Maria Cau Levy, que posteriormente eu descobri ser uma das artistas coordenadoras junto com Gabriela Forjaz e Alexander Furunes, ela dizia que se tratava de uma intervenção decorrente de um projeto intitulado Fronteira Livre, realizado em estreita colaboração com o Centro de Apoio e Pastoral ao Migrante e Refugiado, o CAMI, e o coletivo do qual ela e Gabriela integram, o Goma Oficina.

Buscando mais informações sobre o projeto no site do coletivo, encontrei algumas matérias que forneciam uma contextualização mais detalhada junto de alguns registros em imagens e textos de como ele se sucedeu. Constou-se que foi concebido para a 11ª Bienal de Arquitetura juntamente com algumas parcerias, incluindo a do Metrô e CPTM (GOMA OFICINA..., [2018?]).

Naquele ano, a 11ª Bienal de Arquitetura sob o título "Em Projeto", se configurou como uma plataforma para projetos coletivos de cidade. Buscava lançar questionamentos acerca do planejamento urbano, pensando a cidade como estando em constante transformação e construção (11 BIENAL DE ARQUITETURA, 2017).

As faixas mediam 6m x 0.75m, um total de 6, cada qual exposta em uma estação da linha vermelha do Metrô, e foram resultado de uma oficina realizada com a colaboração de diversas pessoas, dentre elas, membras do CAMI, a grande maioria imigrante ou refugiada, mulheres e homens, vindas de Angola, Bolívia, Congo, Haiti e Peru, e que estavam vivendo no Brasil. Além deles, houve também a participação de outros integrantes do Goma Oficina (LEVY, 2018).

A oficina teve duração de 10 dias, ocorreu em outubro de 2017 e atuou buscando refletir as fronteiras invisíveis, culturais, sociais e econômicas, presentes no dia a dia de tantos que migram para o Brasil. Assim, houve um momento em que os participantes da oficina foram levados a pensar em experiências pessoais que tinham com fronteiras, e assim compartilhar com o grupo histórias envolvendo essas experiências (OFICINA, 2018), "histórias do eu", como foi designado. De acordo com Levy (2017), em uma etapa subsequente, separados em grupos (Figuras 22 e 23), os participantes procuraram identificar em narrativas individuais, as narrativas coletivas, as "histórias de nós".



Fig. 22 – Oficina do Projeto Fronteira Livre, 2017
Fonte: Goma Oficina



Fig. 23 – Oficina do Projeto Fronteira Livre, 2017
Fonte: Goma Oficina

Havia nisso uma tentativa de se deslocar uma perspectiva individual para uma perspectiva de grupo (uma metodologia inclusive que considero muito semelhante à Assembleia Pública de Olhares, utilizada para o Monumento à Catraca Invisível, isto é, partir de narrativas individuais para se chegar em uma perspectiva mais abrangente). Através da convergência entre as narrativas individuais e coletivas foram realizadas as mensagens de síntese, mensagens que os participantes gostariam de transmitir à população de modo geral. Duas dessas mensagens-síntese eu já conhecia: “CRIAR CORAGEM PARA CAMINHAR” (Figura 24) e “DEIXAR MEDO DE LADO” (Figura 25):

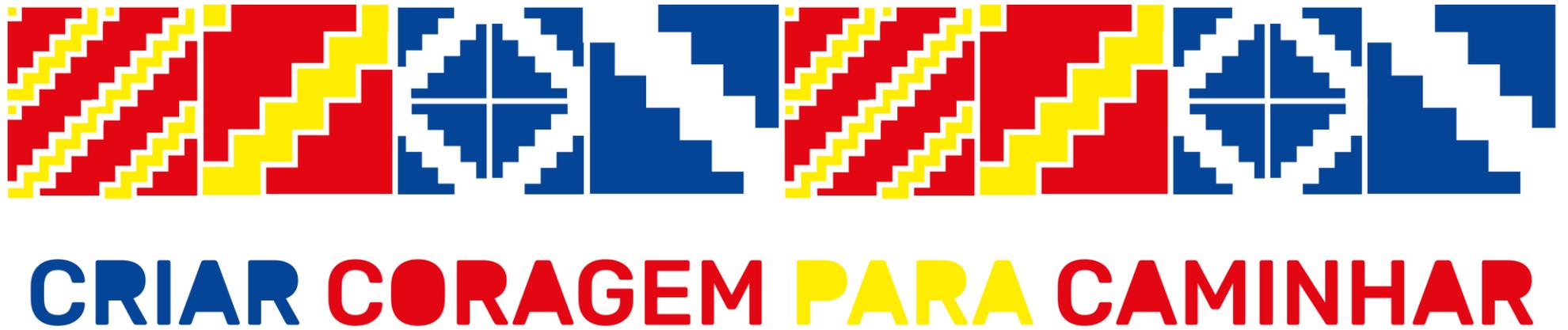


Fig. 24 – Faixa-fronteira da estação
Palmeiras Barra-Funda, 2017
Fonte: Goma Oficina



DEIXAR MEDO DE LADO

Fig. 25 – Faixa-fronteira da
estação República, 2017
Fonte: Goma Oficina

E as outras que ainda não tinha visto: “ESTAMOS AQUI NOS ESCUTEM”, da estação Sé (Figura 26), “PRECISAMOS CONHECER NOSSOS DIREITOS”, da estação Brás (Figura 27), “TER FORÇA PARA CONTINUAR”, da estação Tatuapé (Figura 28) e “SONHAR: ESPERANÇA AMANHÃ”, da estação Corinthians-Itaquera (Figura 29).

Os padrões geométricos, estampados nas faixas, foram elaborados como traduções de palavras que expressavam sentimentos e situações comuns entre os participantes, eram: limite, rompimento, medo, invisibilidade e voz (LEVY, 2017).

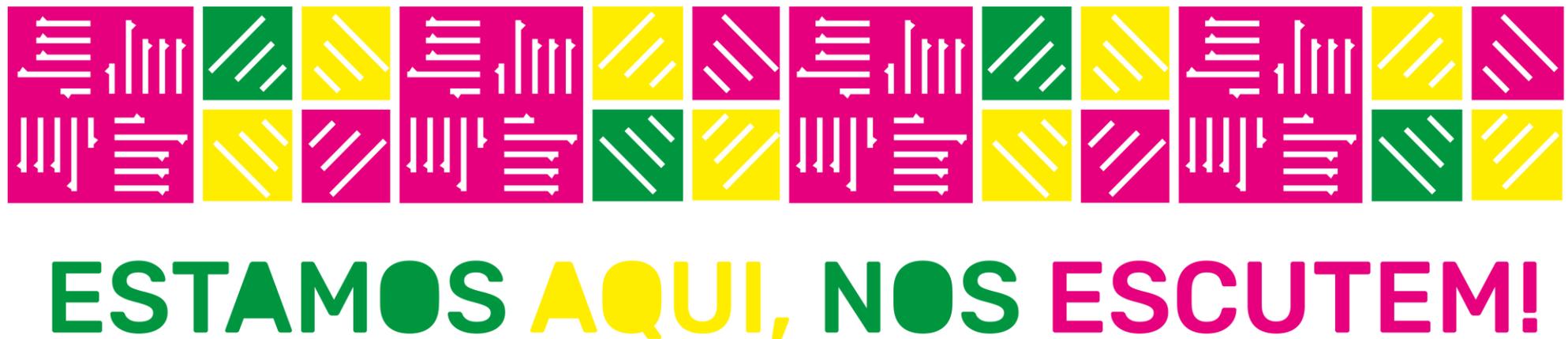
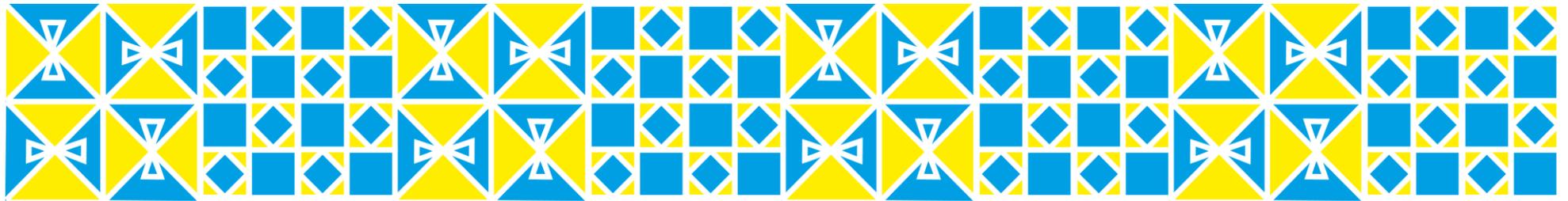
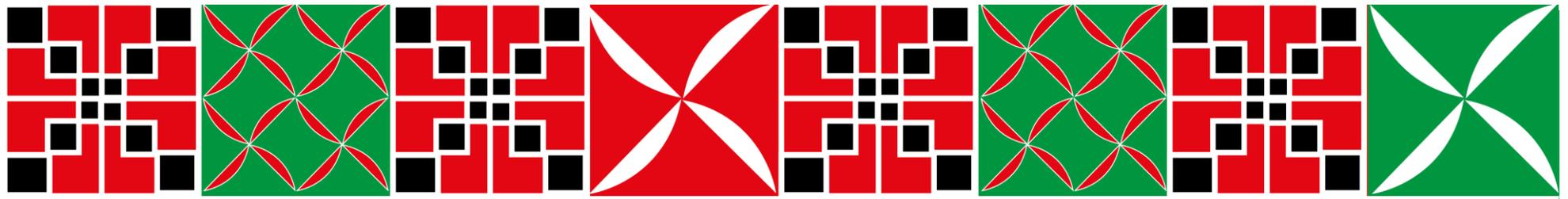


Fig. 26 – Faixa-fronteira da estação Sé, 2017
Fonte Goma Oficina



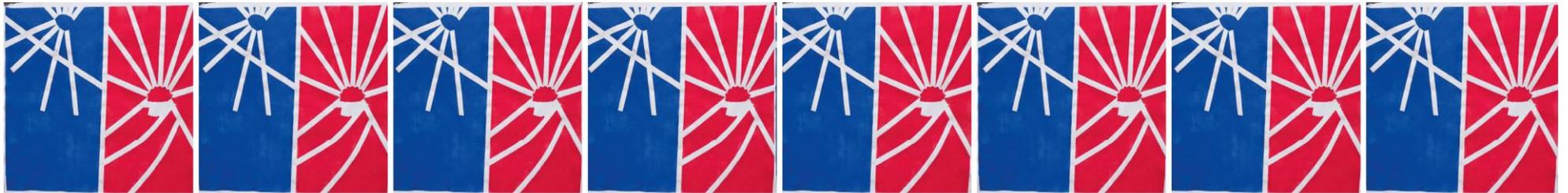
PRECISAMOS CONHECER NOSSOS DIREITOS

Fig. 27 – Faixa-fronteira da
estação Brás, 2017
Fonte: Goma Oficina



TER FORÇA PARA CONTINUAR

Fig. 28 – Faixa-fronteira da
estação Tatuapé, 2017
Fonte: Goma Oficina



SONHAR: ESPERANÇA AMANHÃ

Fig. 29 – Faixa-fronteira da estação
Corinthians-Itaquera, 2017
Fonte: Goma Oficina



Fig. 30 – Participantes com uma das
faixas-fronteiras
Fonte: Goma Oficina

As “histórias do nós” foram transcritas por Levy (2017, grifos da autora), e gostaria de exibir aqui junto à minha escrita também:

CRIAR CORAGEM PARA CAMINHAR

estação barra-funda

Nós criamos sempre coragem. Coragem para começar uma vida **sozinho**, sem família, sem ninguém. Viemos de bem longe. Morar com pessoas novas, que não conhecemos. Muita coragem. Criando um **novo** ambiente. Coisa muito dura, muito difícil. Como se fosse uma pessoa nascida novamente. Deixou tudo que era seu lá trás. Tudo **diferente** até a comida.

Enfrentamos a coragem de romper com: saudade, desapego, cultura, religião. Temos que quebrar tudo para poder sair. Tínhamos as especificações de trabalho, deixamos para trás nossa preparação acadêmica e títulos profissionais. Lá nós éramos doutores, licenciados, maestros, aqui nós somos simplesmente **você**. Procuramos ser alguém. **Como ser humano somos seres de direito em qualquer lugar do mundo.** Quando chega aqui, se sente uma pessoa insignificante. A força é tão grande, que acabamos **vencendo essa insignificância**. O sentimento é o mesmo. A cada dia, amanhecemos procurando **mais coragem**. Não tem outra resposta que não ter coragem a todo segundo. Estamos **vivos**,

estamos fortes. A **luta** pela sobrevivência está no ser humano, luta pela vida, pela justiça. É humana. De onde tiramos coragem para cuidar de nossos filhos? Não temos família, não temos ninguém. Nossos filhos têm que comer. Amanhã, será que vou comer? Será que vou ter dinheiro para fazer meu mercado? Não temos salário fixo. Coragem, sim ou sim tem que estar conosco. Principalmente nas mulheres. Quem vai acompanhar nós imigrantes?

DEIXAR MEDO DE LADO

estação república

O primeiro **medo** começa no meio da **viagem**, quando se vem de **ônibus**, e na primeira parada entra um **policial**, temos a sensação de que estamos fazendo algo errado. O principal **medo** vem quando não falamos a mesma **língua**. No mercado ou no açougue não sabemos pedir, e quando erramos, todos no estabelecimento riem de nós. temos medo de nos expressarmos. Temos medo de nos expor. O **medo** te fecha, vê que a janela está fechada. Temos **medo** de não termos todos os documentos que as autoridades pedem. Temos o medo de se perder sem conseguir chegar aonde queremos ir. Nossas mãos, nossos gestos nos ajudam a comunicar além da **língua**. Quando não se sabe das coisas, fica com medo. Os funcionários não são capacitados para lidar conosco. A informação e os direitos estão aí. Quando nós temos

argumento, temos informação e temos a necessidade: quebramos o medo. Deixar esse medo, e saber que podemos falar. Tem que ser educado, mas saber pedir para ser do jeito que nós queremos. Depois que vai deixando o **medo**, vê que tem muitas portas abertas. Tem muitos caminhos. Passa um problema, passa outro problema e vai saindo. Deixe de lado o **medo**, por você, e veja que do lado de fora tem melhores coisas que podem ser aproveitadas.

ESTAMOS AQUI, NOS ESCUTEM!

estação sé

Estamos aqui, e agora pertencemos a sua **família**. **Não nos olhem com indiferença**, não queremos tirar sua moradia, seu emprego. Pagamos o imposto também. Trabalhamos para que cresça esse país também. Somos seres humanos, **somos iguais vocês**, e vocês são igual a nós. **Estamos juntos**. Queremos **sensibilizar as autoridades**, que não nos escutam, não nos acolhem, não nos respeitam. **Somos iguais**. O que tem **dentro de nós**: sangue vermelho, coração, esqueleto. **Direitos iguais**. Queremos a **mesma condição**. As autoridades não se dão para os imigrantes. Não conhecem. Somos iguais. Não nascemos nesse país, mas vivemos aqui. **O imigrante não é o terrorista**, não é quem tira dinheiro, não é aquele refugiado e ponto. Viemos de fora mas estamos aqui, **vivemos aqui**. Nossos **filhos** também passam

muitas experiências. Filhos de imigrantes ficam confusos, não sabem da onde são. Brasileiros? Peruanos? Bolivianos? Chilenos? Cubanos? Congoles? Haitiano? Muitos acham que não é possível ter dupla nacionalidade. Para as autoridades, que entendam, conheçam e saibam, nos compreendam que somos seres humanos como eles. As autoridades têm que cumprir seu papel, tem obrigação. Nós temos que nos reconhecer, quem sou eu, de onde eu venho. Cada um tem uma história, mas a história do **nós** é a que predomina.

Como chegar a autoridade? Não vá jogando pedras, questionando. Sensibilize-as. Temos muitos problemas quando nos sentimos donos da verdade, porque já vamos para o confronto e não dialogamos. Para sensibilizar as autoridades, temos que dialogar. Queremos diálogo, respeito, reconhecimento.

PRECISAMOS CONHECER NOSSOS DIREITOS

estação brás

Quando não sabemos nossos direitos nos submetemos à situações constrangedoras, e de descaso. Permitimos que tirem vantagem de nós e da nossa situação. Já perdemos nossos filhos por não sabermos nossos direitos de saúde, ou por não entendermos o que era dito. Se não sabemos nossos direitos qualquer pessoa é capaz de nos obrigar a fazer o que não queremos

fazer, porque não temos informação para argumentar contra aquilo que sabemos que é errado. Principalmente quando falamos com as autoridades, são elas em quem acreditamos que podemos confiar. Depois que passamos por uma situação em que não nos passam a informação correta, aprendemos que devemos questionar sobre aquilo que não sabemos, ou que não entendemos. Centros de apoio a imigrantes podem ser locais de informação. Cabe à nós mesmos procurar nos informar e saber nossos direitos, pois o conhecimento nos dá força. Quando sabemos nossos direitos, podemos colocar os limites. A informação nos dá argumento e coragem, e assim temos as ferramentas para enfrentar.

TER FORÇA PARA CONTINUAR

estação tatuapé

Tem momentos em que perdemos a esperança, nos sentimos sem alternativas.

Encontramos na família, no trabalho digno, na moradia digna, uma força. A persistência, a força, o sonho que se tem nos move. Existe momentos em que achamos que está tudo perdido. Olha para um lado problema, olha para o outro lado, problema. Principalmente pelo que você enfrenta, que o coloca para baixo. Falam que você não vai conseguir. Não pode sair, não vai conseguir. Chora, chora tanto e pensa: não tem saída. Cansado de chorar, se procura saída. Surge força

interior que a gente tem. Tenho as mãos, tenho os pés, procuro serviço, faxina. Vem de dentro, eu posso resolver. Tenho que pagar dívidas, aluguel, mas sai a força de dentro, procuro.

É preciso procurar, tem que sair para saber como são as coisas. Se não tem oportunidade para as pessoas virem do seu lado, você mesmo sai e vai do lado das pessoas. A gente tem que ter força para sair em frente e procurar saídas, da forma que pode procurar. Temos que nos resignar a realidade de agora. Aceitar nós como costureiras, faxineiras, com o que nós temos aqui. Se ficar lembrando as coisas, se põe triste, que podia ser melhor. Amanhã você fica doente. Passando tudo as coisas que a gente passa, até ri. Porque eu estava chorando e não tinha saída. Olha o tanto de oportunidade que tinha. Temos que criar novos ambientes, fazer novas famílias. Uma vez que você viu que aquele esforço que você fez deu certo, você vê que a barreira não é tão complicada. Pensa com mais força que vai dar certo. Eu passei, e continua a passar. Hoje passei isso, amanhã não vou passar. Vai criando uma casca.

SONHAR: ESPERANÇA AMANHÃ

estação corinthian-itaquera

Apesar de todas as dificuldades, **moramos aqui e estamos aqui**. Temos sonhos? Como é esse **sonho**? Chega um momento em que já temos mais claro o que

queremos. Temos também a **realidade**. Sonhamos que nosso país é **maravilhoso**, podemos sonhar em abrir um restaurante, conseguir um **emprego, família, uma vida melhor** para nossos filhos. Sabemos que **nunca voltaremos atrás**. Os **sonhos tem efeito dominó**, e se começa a trabalhar por esse **sonho**. Não queremos que nossos filhos passem pelo que passemos. Queremos o melhor para nossos **filhos**. Todos temos **sonhos**, impossível dizer que alguém não tem. Viemos em busca de uma **vida melhor**, ou **fugindo** de uma vida ruim. Queremos ver o sorriso do nosso filho e a **tranquilidade** e o **sorriso** nosso. Queremos sentir **conforto, satisfação, paz**. Nossa ambição nos mantém vivos a cada dia. **A mirada final no horizonte é ser mais feliz:** ter uma **melhor vida, moradia, casa**. Esse sonho é humano, natural. Para conseguir o sonho é um esforço, sacrifício, se organizar, batalhar. Queremos ver os rostos das crianças **felizes e chorar de alegria**.

Durante aproximadamente um mês, de outubro a novembro de 2017, as faixas, nomeadas como faixas-fronteiras, permaneceram estendidas nas principais estações da linha vermelha (Figuras 31 e 32), considerando que é a linha mais movimentada do metrô e as estações escolhidas eram as que tinham o maior fluxo de pessoas (a estação Barra funda inclusive recebe diariamente um contingente de

imigrantes bastante elevado). Cada faixa, portanto, sendo colocada “de modo a representar em si uma fronteira a ser cruzada diariamente por milhões de pessoas” (LEVY, 2018).

“Inseridas na comunicação visual do Metrô, as faixas-fronteiras demarcam o espaço subjetivo de quem cruza uma linha invisível e se encontra em uma situação de adversidade. Valendo-se da questão do deslocamento no território e da imigração como metáforas, o projeto propõe a reflexão acerca dos muros invisíveis na cidade: as barreiras culturais, sociais e econômicas.” (OFICINA, 2018).



Fig. 31 – Faixa-fronteira instalada na estação Palmeiras Barra-Funda, 2017
Fonte: Goma Oficina



Fig. 32 – Faixa-fronteira instalada na estação Brás, 2017
Fonte: Goma Oficina

Reencontrar as faixas e conhecer melhor o seu contexto, alterou em grande medida a minha visão sobre elas, sobretudo porque pude entendê-las a partir das experiências que as geraram, o que possibilitou que eu enxergasse através das “histórias do nós” outros sentidos contidos nas frases que havia travado contato naquela minha rotina.

Dentre esses novos sentidos, o que me chamou mais atenção foi acerca do medo, o qual se mostrou existente em relação às próprias autoridades, e que se refere em grande medida à regularização como imigrantes. Creio que se revela como um sintoma do despreparo dessas autoridades que muitas vezes não estão à par das políticas migratórias e dos direitos dos imigrantes, conforme pontua Dinganga (ESTAÇÃO..., 2022, 21 min. 57 s), segundo o qual, as leis referentes à imigração no Brasil até são progressistas se comparado a outros países, mas o acesso aos direitos é dificultado pelos próprios funcionários que representam os órgãos oficiais.

Ao meu ver, à semelhança do Monumento à Catraca Invisível, o Projeto Fronteira Livre, também procurou pôr em evidência a existência de barreiras invisíveis da cidade, embora no caso do Projeto Fronteira Livre, acredito ser necessário considerar que o processo tenha partido de um recorte específico envolvendo as pessoas imigrantes e refugiadas que estão vivendo no Brasil.

Apesar de conter uma especificidade importante de ser considerada, penso que ainda é possível manter a ideia de que as faixas-fronteiras reúnem um comum que vai contra o Estado de Confinamento, entendendo que existem confinamentos específicos atuando de diversas formas sobre a vida dessas pessoas, os quais são restritivos e podem causar o isolamento, a começar pelas muitas camadas existentes em termos de regularização, e somando-se a isso as barreiras linguísticas, dificuldade de convívio com nacionais, de acesso aos direitos e à saúde básica e de inserção e permanência dentro do mercado de trabalho. Pode-se dizer ainda que tratam-se de barreiras ainda mais agravadas pela presença da xenofobia e do racismo estrutural.

A divisão social do trabalho, principalmente no Brasil, é desigual e o trabalhador imigrante fica sujeito, muitas vezes, à exploração da sua força de trabalho em condições subnormais por conta da sua dificuldade de inserção social e vulnerabilidade financeira o que revela os padrões de rentabilidades do capital (PACHI, 2019, p. 69 *apud* Desrosiers, 2020, p. 195).

Penso que esta intervenção de fato foi um modo de sinalizar algumas dessas situações específicas aos imigrantes, e ainda sinalizar suas presenças conosco e em meio à cidade, as quais majoritariamente encontram-se invisibilizadas. Além disso, para mim, correspondeu também como uma forma de aproximar experiências diversas, ocorrendo tanto entre os imigrantes durante o processo (as diversas “histórias do eu”), como entre todas as pessoas passaram a atravessar as faixas-fronteiras pelos corredores das estações (incluindo a mim).

Essa aproximação de experiências ao meu ver significa justamente na abertura de um espaço de concretização de comum, ainda que este nunca seja totalmente realizável, justamente por reunir sempre diferenças: “[...] tendo em vista que, a comunidade é

movimento, há o esforço por atualizar o comum, mas ele é sempre o não absolutamente realizável, é uma universalidade aberta.” (COLETIVO SITUACIONES, 2006, p. 213 *apud* MUSSI, 2012, p. 278).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando esses caminhos de memória percorridos, considero que este Trabalho de Conclusão de Curso acabou se configurando como uma grande imersão em meio à minha experiência com o urbano e ainda se tornou uma forma de conectar essa experiência à realidade da cidade, integrando em minhas narrativas dados, conhecimentos e modos de entendimento dela.

O resgate das intervenções urbanas foi proveitoso neste sentido, já que tornou mais evidente não somente algumas lógicas e dinâmicas contidas na cidade, mas também a proximidade destas junto ao cotidiano, o que contribuiu para que eu enxergasse em minha própria rotina anterior, muitos dos conhecimentos presentes nas intervenções e em suas pesquisas, o que me levou até mesmo a aproximar um dos conceitos formalizados pelo Grupo Contrafilé, qual seja, o Estado de Confinamento, ao que eu sentia naquele meu dia a dia.

A investigação da minha relação com o urbano também se deu ao colocar em palavras um pouco dos meus comportamentos

junto a ele e algumas das sensações que me acompanhavam na rotina. Ao abordar essas sensações, pude também estabelecer muitas relações do que relatava com os estudos de memórias, em termos tanto individuais como coletivos, o que ao meu ver contribuiu para que se verificasse a presença da memória e sua participação no cotidiano da cidade. Relações entre esses estudos de memória também foram traçadas com as intervenções colaborando também para uma leitura mais ampliada destas últimas.

Posso dizer também que a incorporação daquela minha rotina na escrita deste trabalho, permite perceber que, muito do que está presente em uma rotina se mescla com determinados aspectos que dizem respeito a uma coletividade, seja por meio caráter coletivo da memória que se encontra materializado na cidade, mas também pelos modos de organização do coletivo contidos nela e que atravessam a nossa experiência necessariamente.

Considero que a memória teve um papel fundamental em minha escrita, se constituindo ela própria como um trabalho por si só. Um trabalho daquilo que permanecia vivo como lembrança. Foi também através da prática da rememoração que tive a possibilidade

de perceber e reconsiderar muitos aspectos da rotina e dos contatos que poderiam passar despercebidos, mas que no fim, resultaram em grandes contribuições no entendimento e apreensão dos estudos trazidos. Por este motivo, creio que é possível dizer que neste trabalho houve a confirmação do quanto reside na memória um enorme potencial de aprendizado.

Nas palavras de Chauí (1979, p. XX):

os recordadores são, no presente, trabalhadores, pois lembrar não é reviver, mas refazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição.

Não foi uma tarefa simples, pelo contrário, foi um verdadeiro desafio adentrar por esses caminhos da memória, uma vez que tanto esta última como a cidade, não são de simples apreensão: além da memória, a cidade também se apresenta em constante transformação. Ambas carregam consigo uma intrincada rede de relações. E ainda, relações que em alguns momentos se mostram também transtemporais, já que vez ou outra, mesmo em se tratando de memórias recentes, os caminhos me levaram a visitar memórias

de infância, bem como memórias referentes à cidade vindas de outros tempos nos quais eu nem sequer existia.

Além disso, somente fui entender melhor os sentidos que a minha rememoração poderia me levar em relação aos estudos quando eu comecei a colocá-las em palavras. Em algumas ocasiões, foi difícil decidir exatamente sobre quais aspectos gostaria de abordar, sobre quais momentos, quais relações gostaria de traçar entre uma coisa e outra. Acredito que essa dificuldade revela o quanto a prática do lembrar pode abrir muitos caminhos de pesquisa e o quanto a memória e a cidade podem abarcar um grande arsenal de conhecimento e de entendimento do mundo que nos cerca. É devido a isso que penso este trabalho como longe de ter um final. A memória, assim como a cidade, oferece muitos caminhos em termos de compreensão do cotidiano, das memórias na cidade e da cidade.

REFERÊNCIAS

BIENAL DE ARQUITETURA DE SÃO PAULO, **11ª Bienal de Arquitetura de São Paulo**. São Paulo: 2017. Catálogo

BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória. 2ª ed, São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Os trabalhos da memória**. In: BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade lembranças de velhos. São Paulo: Editora T. A. Queiroz, 1979, p. XVII-XXXII v.1.

COLETIVO MICO. In: MUSSI, J. Z. **O espaço como obra: ações, coletivos artísticos e cidade**. 2012. Dissertação (Mestrado em Projeto, Espaço e Cultura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COLETIVO POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL. **Cidade Luz: uma investigação-ação no centro de São Paulo**. São Paulo: Editora PI. 2008.

DESROSIERS, Ismane. A Luta pelo Espaço: a Situação dos Imigrantes Haitianos no Centro de São Paulo. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, N.2, V. 10, p. 185-203, 2020. DOI: 10.36403/espacoaberto.2020.32557. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/345855833_A_Luta_pelo_Espaco_a_Situacao_dos_Imigrantes_Haitianos_no_Centro_de_Sao_Paulo_The_Struggle_for_Space_the_Situation_of_Haitian_Immigrants_in_Downtown_Sao_Paulo. Acesso em: 12 jul. 2022

ESTAÇÃO Livre. Estrangeiros. [São Paulo?]. 11 fev. 2022. 1 vídeo (55 min 34 s). Youtube: TV Cultura. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ooG_5HKCatM&ab_channel=TVCultura>. Acesso em: 13 jul. 2017.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Costurando uma colcha de memórias**. In: EVARISTO, Conceição. Becos da memória. 1 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017. p.191-198.

GRUPO CONTRAFILÉ. **A rebelião das crianças**. Publicação fomentada pelo Programa de Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), São Paulo, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução: Laurent León Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990. *E-book*.

LEVY, Maria. **Fronteira Livre: histórias do nós**. Goma Oficina, 2017. Disponível em: <http://gomaoficina.com/grafico/fronteira-livre-as-historias-do-nos/>. Acesso em 14 jul. 2022.

LEVY, Maria. **Fronteira livre na bienal ibero-americana de desenho + um ano da 11a marcha dos imigrantes**. Goma Oficina, 2018. Disponível em:

<https://gomaoficina.com/noticias/fronteira-livre-na-bienal-iberoamericana-de-desenho-um-ano-da-11a-marcha-dos-imigrantes/>. Acesso em: 14 jul. 2022.

LOPES, Ana Isabel; SANTOS, Sónia. **Sociedade de Controle**. Da sociedade disciplinar à sociedade de controle, [2001?]. Disponível em:

<https://webpages.ciencias.ulisboa.pt/~ommartins/images/hfe/momentos/sociedade%20disciplinar/Sociedade%20de%20controle.htm>. Acesso em: 14 jul. 2022.

MUSSI, J. Z. **O espaço como obra**: ações, coletivos artísticos e cidade. Orientadora: Vera Maria Pallamin. 2012. Dissertação (Mestrado em Projeto, Espaço e Cultura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-14022013-161737/publico/dissertacao_joanazm_original.pdf. Acesso em: 01 set. 2022.

NAVES, Rodrigo. **A forma difícil**: ensaios sobre arte brasileira. ed. atual. ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

OFICINA, Goma. **Fronteira livre**. Intervenção para a 11ª Bienal de Arquitetura de São Paulo. Minha Cidade, São Paulo, 2018, n. 208.03, Vitruvius. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/18.208/6776>. Acesso em: 14 jul. 2022.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. Tradução: Dora Rocha Flacksman. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em 13 jul. 2022.

RIOS, Fábio Daniel. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. **Revista Intratextos**, Rio de Janeiro, n.1, p. 1-22, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/intratextos.2013.7102>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/7102/9367>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, [S. l.], v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993. DOI: 10.1590/S1678-51771993000100013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34481>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SCHPUN, Monica Raisa. Luzes e sombras da cidade (São Paulo na obra de Mário de Andrade). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, vol.23, n.46, pp.11-36, 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882003000200002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/TyMttryfJ5XCfbHcp7tJVsN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 13 jul. 2022.

SIMPOSIO INTERNACIONAL. Cierre. Buenos Aires. 3 nov. 2021. 1 vídeo (53min 34s). Youtube : hijoscapital. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tyM14ytdVCo&ab_channel=hijoscapital. Acesso em: 13 jul. 2017.

WESTIN, Vitória. **Direitos Humanos, Direito à Verdade, Memória e Justiça**. Rio de Janeiro, [2015?]. Orientador: Joao Ricardo Wanderley Dornelles. Relatório de Iniciação Científica - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2015/relatorios_pdf/cs/DIR/DIR-Vitoria_Westin.pdf. Acesso em 14 jul. 2022.